RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SUAÇUÍ

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2011

FEVEREIRO DE 2017

Rua Afonso Pena, 2590, Centro - Governador Valadares - MG - CEP 35010-000
e-mail: ibioagbdoce@ibio.org.br / site: www.ibioagbdoce.org.br
Telefone: (33) 3212- 4350

SUMÁRIO

SUMÁRIO **2**

LISTA DE FIGURAS **4**

LISTA DE TABELAS **5**

LISTA DE SIGLAS **6**

1. CONTEXTUALIZAÇÃO **7**

1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce 9
1.2. A Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí 12
1.3. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce 13
1.4. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH 16
1.5. O Contrato de Gestão 17
1.6. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce 21

2. APRESENTAÇÃO **26**

3. QUANTIDADE DA ÁGUA – BALANÇOS HÍDRICO **27**

3.1. Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura (P22) 27
3.1.1. Descrição *27*
3.1.2. Contratações e Resultados *28*
3.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP *35*
3.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades *37*

4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO **38**

4.1. Programa Universalização do Saneamento (P41) 38
4.1.1. Descrição *38*
4.1.2. Contratações e Resultados *40*
4.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP *49*
4.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades *51*

5. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS **53**

5.1. Programa de Recomposição de APPS e Nascentes (P52) 53
5.1.1. Descrição *53*
5.1.2. Contratações e Resultados *54*
5.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP *54*
5.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades *56*

6. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS **57**

6.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2) 57
6.1.1. Descrição *57*
6.1.2. Contratações e Resultados *57*
6.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP *58*

6.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades 59

7. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE 60

7.1. PROGRAMA COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES (P71) 60

7.1.1. Descrição 60

7.1.2. Contratações e Resultados 60

7.1.3. Plano de Aplicação Plurianual - PAP 90

7.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades 91

8. AÇÃO TRANSVERSAL 92

8.1. LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (COM E SEM MOTORISTA) 92

8.1.1. Descrição 92

8.1.2. Contratações e Resultados 93

8.1.3. Principais Deficiências e Dificuldades 96

8.2. EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS 97

8.2.1. Descrição 97

8.2.2. Contratações e Resultados 97

8.2.3. Principais Deficiências e Dificuldades 100

8.3. ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS 100

8.3.1. Descrição 100

8.3.2. Contratações e Resultados 101

8.3.3. Principais Deficiências e Dificuldades 104

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce. 8
Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce 10
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce 10
Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí 12
Figura 5 – Municípios atendidos pelo Programa P22. 28
Figura 6 – Instalação do Irrigâmetro e treinamento do Sr. Expedito Martins Godoy 32
Figura 7 – Municípios atendidos pelo Programa P41. 40
Figura 8 – Audiência de Aprovação do PMSB de Itambacuri, em novembro de 2016. 48
Figura 9 - Trecho de release produzido pela equipe de comunicação e publicado no site do CBH-Suaçuí 62
Figura 10 - Exemplo de clipping organizado pela Prefácio 63
Figura 11 – Boletim Comunique-se – Outubro/2016 64
Figura 12 - Trecho do boletim Fique Por Dentro – abril/2016 64
Figura 13 - Trecho do Boletim IBIO – AGB Doce Informa – Junho/2016. 65
Figura 14 – Fan Page do CBH-Suaçuí 66
Figura 15 - Template criado pela Prefácio para divulgar as cidades da Bacia. 67
Figura 16 - Arte sobre o Programa de Universalização do Saneamento (P41) 68
Figura 17 - Convite criado para o V Encontro de Integração, realizado em 2016. 69
Figura 18 – Divulgação de atividades do CBH-Suaçuí. 69
Figura 19 - Slides e banner produzidos pela Prefácio para o Encob/2016. 70
Figura 20 - Arte da Agenda 2017 70
Figura 21 - Capa da segunda edição da revista Rio Doce, lançada em 2016. 71
Figura 22 - Logo criada para campanha dos CBH's em prol do rio Doce. 72
Figura 23 - Parte da arte do Boletim "O Doce não morreu", produzido pela Prefácio 73
Figura 24 - Boné produzido para a campanha "O Doce não morreu" 73
Figura 25 - Capa da cartilha "O Doce não morreu" 74
Figura 26 - Logo da campanha "Comitês em Ação" 74
Figura 27 - Arte de campanha veiculada na fan page do CBH-Suaçuí sobre os spots de rádio 77
Figura 28 - Agenda diária 2016. 79
Figura 29 - Stand do CBH-Doce no ENCOB/2016 82
Figura 30 - Arte do adesivo para DVD 85
Figura 31 - Modelo de capa da DVD elaborada para o município de Galileia. 88
Figura 32 - Mesa de abertura do V Encontro de integração, realizado em outubro de 2016. 103
Figura 33 - Banner sobre o CBH- Doce e sobre o P22 impressos pela Completa e expostos no ENCOB. 103
Figura 34 – Reunião Plenária do CBH-Suaçuí 104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce 12
Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos..... 18
Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água 19
Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBIO para funções de Agência de Água..... 21
Tabela 5 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP..... 22
Tabela 6 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP..... 22
Tabela 7 – PAP 2012/2015 da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM 23
Tabela 8 - PAP 2016/2020 da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA . 24
Tabela 9 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no P22 36
Tabela 10 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado de Minas Gerais – P22 36
Tabela 11 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado do Espírito Santo – P22..... 37
Tabela 12 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P41 49
Tabela 13 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P41 50
Tabela 14 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P52 54
Tabela 15 - Recursos repassados pela IGAM alocado ao P52 55
Tabela 16 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no Programa P1.2 58
Tabela 17 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2 58
Tabela 18 – Investimento Recurso Doado / América Futebol Clube 72
Tabela 19 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no Programa P71..... 90
Tabela 20 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P71 90

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
DBO	Demanda biológica de oxigênio
D.O.E.M.G	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
D.O.U	Diário Oficial da União
ENCOB	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
ES	Espírito Santo
ETA	Estação de Tratamento de Água
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
MG	Minas Gerais
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PAQE	Parque Estadual do Rio Doce
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
SAA	Sistemas de Abastecimento de Água
SES	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Doméstico
SIG	Sistema de Informações Geográficas
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO- AGB Doce), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão n° 001/IGAM/2011 apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2016 referente ao CBH-Suaçuí.

O Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.

b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.

c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.

d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).

e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).

f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.

g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua participação na sustentabilidade desse sistema. Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

Assembleia Geral - Órgão soberano do IBIO - AGB Doce, podendo ser ordinária ou extraordinária.

Conselho Fiscal - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO - AGB Doce.

Conselho Consultivo – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

Diretor Presidente – Cria e implementa o macro planejamento do IBIO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

Diretoria Executiva - Órgão executor das ações do IBIO - AGB Doce.

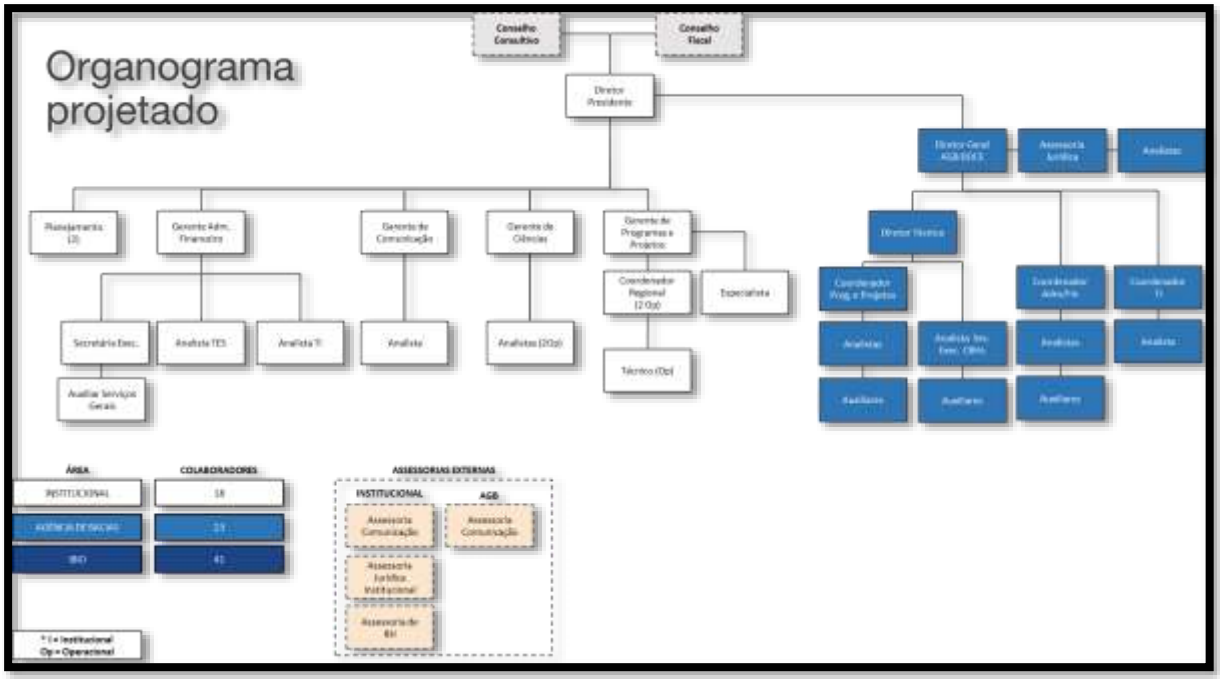


Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce[1].

[1] A equipe apresentada do quadro de funcionários do IBIO – AGB Doce contemplam funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM

1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.854 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do Espírito Santo. Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce no Espírito Santo.

No estado de Minas Gerais a bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu
- UGRH08 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce
- UGRH09 – Comitê das Bacias Hidrográficas Pontões e Lagoas do rio Doce e Comitê das Bacias Hidrográficas do rio Barra Seca e Foz do Rio Doce.

A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.

Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A Tabela 1 sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da bacia	86.854 km²
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

1.2. A Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí

A UGRHO4 - Suaçuí insere-se totalmente no Estado de Minas Gerais. Ocupa área de 21.555 km², constituindo-se na maior unidade da bacia do rio Doce em termos de área, conforme Figura 4. A UGRH 04 – Suaçuí é composta pela bacia hidrográfica do rio Suaçuí Grande, que ocupa uma área de 12.413 km², pela bacia hidrográfica do rio Suaçuí Pequeno, com área de 1.720 km², e pela bacia do rio Corrente Grande, com área de 2.478 km². As áreas destas bacias hidrográficas são ainda acrescidas das áreas de drenagem de outros córregos de contribuição hídrica menos representativa que drenam diretamente para o rio Doce, pela sua margem esquerda, chamada área incremental Suaçuí, ocupando 4.945 km².

Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí

A UGRH envolve, total ou parcialmente, 48 municípios mineiros, sendo a segunda maior unidade em número de municípios e a terceira em população. Deste total de municípios, 34 inserem-se integralmente na unidade e apenas 14 inserem-se de maneira parcial. Tais municípios reúnem, dentro da UGRH, cerca de 591 mil pessoas, onde 74% reside em áreas urbanas. Entre os 14 municípios parcialmente inseridos, tem-se a seguinte distribuição: 10 deles com mais de 60% de suas áreas inseridas na bacia, 3 municípios com intervalo de 40 a 60% de suas áreas inseridas na unidade e apenas 1 município com menos de 12% de sua área inserida na unidade.

Em se tratando de localização da sede municipal, 7 municípios possuem suas sedes urbanas em outras unidades, embora possuam parte de seus territórios inseridos na UGRH (Açucena, Aimorés, Conselheiro Pena, Itueta, Naque, Resplendor e Sabinópolis). As características sócio-econômicas destes municípios são abordadas neste Plano de Ação, no entanto, os investimentos em saneamento estão computados em cada uma das unidades onde se situam suas respectivas sedes.

Em termos populacionais, destaca-se sobremaneira o município de Governador Valadares, com 259.621 habitantes. No entanto, pequena parte da área deste município situa-se na UGRHO5 - Caratinga, estimando-se que ali residam pouco menos de 800 pessoas. A grande maioria dos municípios da UGRHO4 - Suaçuí situa-se na faixa de menos de 10 mil habitantes (90%). O crescimento populacional da região é inferior à média da bacia do rio Doce quanto à população urbana e total, mas superior em relação à população rural.

Em relação aos recursos hídricos da bacia, há uma variabilidade significativa entre a Qmlp e a Q95 ou a Q 7,10 nas sub-bacias do Suaçuí Grande e do Corrente Grande, indicando uma dificuldade na gestão dos recursos hídricos, uma vez que a outorga é relacionada com as vazões mínimas. O Suaçuí Grande tem uma baixa vazão especifica o que pode estar relacionado a fatores de solo, geologia ou, mais dificilmente, a uma variação climática localizada. Existe uma sazonalidade bastante marcante entre o período de inverno (menos chuvoso) e verão (mais chuvoso), o que se reflete nas vazões observadas. As maiores vazões médias ocorrem a partir do mês de novembro, atingindo o pico no mês de janeiro em todas as sub-bacias que compõem a UGRH: 56 m^3/s no rio Corrente Grande, 27,4 m^3/s no rio Suaçuí Pequeno e 201,2 m^3/s no rio Suaçuí Grande.

1.3. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce, que representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce.

O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos

hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do rio Piranga;
- CBH do rio Piracicaba;
- CBH do rio Santo Antônio;
- CBH do rio Suaçuí;
- CBH do rio Caratinga;
- CBH Águas do rio Manhuaçu;
- CBH do rio Santa Maria do Doce;
- CBH do rio Guandu; e
- CBH do rio São José[2].

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e também a intensa e importante atuação dos comitês de bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH Doce, os CBHs de bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

[2] Em 2016 o CBH do rio São José, se dividiu em Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce; Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Barra Seca e Foz do Rio Doce. Desta forma temos 11 (onze) Comitês atuantes na bacia Hidrográfica do rio Doce

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.
- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na bacia, acordadas por todos os atores da bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.

A Consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030.

A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguido da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada.

O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

1.4. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce. Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:

- Diagnóstico Sumário da UGRH, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGPRH no ano de 2030.

- O Comitê de Bacia da UGRH, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.

- Os Objetivos e Metas projetados para a bacia, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.

- Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.

- Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

1.5. O Contrato de Gestão

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, e considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecem os mecanismos e sugere os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de

domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH Doce e os Comitês mineiros aprovam o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a entidade que for selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que seja procedido o ato de equiparação à função de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Rio São José, CBH Rio Santa Maria do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).

Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, por prazo determinado no contrato de gestão, funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce como entidade delegatária/equiparada

dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, é aprovada a minuta dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o IBIO e ANA, e entre IBIO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Delegatária/Equiparada, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, foi publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA e o Instituto BioAtlântica, com anuência do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Doce, para o exercício de funções de Agência de Água foi celebrado em 22 de junho de 2015 e teve por objeto promover alteração do CNPJ do Instituto BioAtlântica, que passou de "05.112.703/0001-25", para "05.112.703/0002-06", em razão de abertura de filial; bem como indicar o crédito orçamentário e a nota de empenho para custear as despesas no exercício de 2015.

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, foi celebrado em 28 de dezembro de 2015 e teve por objeto promover alteração nas Cláusulas Terceira – Das Obrigações e Competências; Quarta – Dos Recursos Orçamentário e Financeiro; Quinta – Dos Recursos Humanos; Décima – Da Vigência; e no Programa de Trabalho.

O Contrato de Gestão nº 001/2011 entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções

de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 que entre si celebraram o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica, com anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5 e Águas do Rio Manhuaçu – DO6, foi celebrado em 07 de agosto de 2012, e teve como objeto a inclusão do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2012 a 2015 e a adoção de novo Programa de Trabalho, bem como alteração da Cláusula Quarta – Dos Recursos Orçamentários e Financeiros.

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 teve como objeto a alteração do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2012 a 2015, conforme deliberações nº 10/2014 do CBH-Piranga, nº 27/2014 do CBH-Piracicaba, nº 20/2014 do CBH-Santo Antônio, nº 45/2014 do CBH-Suaçuí, nº 03/2014 do CBH-Caratinga e nº 30/2014 do CBH-Manhuaçu.

O Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 foi celebrado em 30 de dezembro de 2015, e teve como objeto a prorrogação do contrato por um período de 120 (cento e vinte) dias, contados de 01 de janeiro de 2016.

O Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 foi celebrado em 29 de abril de 2016, e teve como objeto a prorrogação do contrato até 31 de dezembro de 2016.

Em 2015, o CBH-Doce através da Deliberação nº 46 de 25 de junho de 2015 propõe a prorrogação do Instituto BioAtlântica IBIO – AGB Doce para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. E em 23 de setembro de 2015 através da Resolução nº 168 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova e prorroga até 31 de dezembro de 2020, a delegação de competência ao Instituto BioAtlântica IBIO – AGB Doce para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, observadas as disposições da Lei nº 10.881, de 2004.

Em 2016, como pode ser visto na Tabela 4, os Comitês Mineiros aprovam a indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica IBIO – AGB Doce para exercer até 31 de dezembro de 2020, às funções de entidade equiparada à agência de bacia. E através da Deliberação nº 399 de 23 de novembro de 2016 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprova a equiparação do Instituto BioAtlântica à Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito das Bacias Hidrográficas dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Caratinga, Suaçuí e Manhuaçu.

Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 46, de 25 de junho de 2015
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 14, de 20 de setembro de 2016
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 32, de 21 de setembro de 2016
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 25, 27 de setembro de 2016
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 50, de 29 de setembro de 2016
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 22 de setembro de 2016
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 35, 28 de setembro de 2016

1.6. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce

O Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2012 a 2015. O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO – AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e no Pacto para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Pacto das Águas;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos.

O objetivo que é, por meio do PAP, seja possível implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012 definido valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 5.

Tabela 5 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidem por readequar alguns item do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBIO – AGB Doce, a ANA e o IGAM. Na Tabela 6 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovação as readequações do PAP 2012-2015.

Tabela 6 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014

Para o exercício de 2016 foi aprovado pela ANA o Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, porém o IGAM não reconheceu o PAP 2016/2020 durante o ano de 2016, desta forma apresentamos neste Relatório de Gestão pelos recursos arrecadados e repassados pelo IGAM o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia do Rio Doce 2012/2015 (Tabela 7). Para os recursos arrecadados e repassados pela ANA apresentamos o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia do Rio Doce 2016/2020 (Tabela 8).

Tabela 7 – PAP 2012/2015 da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		VALORES (Mil R$)				
		2012	2013	2014	2015	TOTAL
UGRH 01 - Piranga						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	0	1	0	650	651
2	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	0	5	2.300	5.400	7.705
3	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	0	0	0	1000	1.000
4	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	0	0	100	100	200
	Sistema de Informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	0	157	0	0	157
5	Programa de Comunicação Social (P71)	0	4	0	0	4
Subtotal UGRH 01 - Piranga		**0**	**167**	**2.400**	**7.150**	**9.717**
UGRH 02 - Piracicaba						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	0	47	1500	4500	6.047
2	Programa Produtor de Água (P24)	0	0	1.000	1.400	2.400
3	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	0	164	5.500	4.000	9.664
4	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	0	1	1.000	5000	6.001
5	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	0	0	100	100	200
	Sistema de Informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	0	412	0	0	412
6	Programa de Comunicação Social (P71)	0	3	0	0	3
7	Programa de Educação Ambiental (P72)	0	0	200	600	800
8	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	0	0	200	600	800
Subtotal UGRH 02 - Piracicaba		**0**	**627**	**9.500**	**16.200**	**26.327**
UGRH 03 - Santo Antônio						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P41)	0	1	500	2500	3.001
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	0	0	0	932	932
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	0	0	50	50	100
4	Programa de Comunicação Social (P71)	0	3	0	0	3
Subtotal UGRH 03 - Santo Antônio		**0**	**4**	**550**	**3.482**	**4.036**
UGRH 04 - Suaçuí						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P41)	0	0	500	1200	1.700
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	0	0,5	0	0	1
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	0	0	50	50	100
4	Programa de Comunicação Social (P71)	0	3,5	0	0	4
Subtotal UGRH 04 - Suaçuí		**0**	**4**	**550**	**1.250**	**1.804**
UGRH 05 - Caratinga						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P41)	0	0	500	1500	2.000
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	0	0	50	50	100
3	Programa de Comunicação Social (P71)	0	3	0	0	3
Subtotal UGRH 05 - Caratinga		**0**	**3**	**550**	**1.550**	**2.103**
UGRH 06 - Manhuaçu						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P41)	0	1	500	1500	2.001
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	0	0	50	50	100
3	Programa de Comunicação Social (P71)	0	3	0	0	3
Subtotal UGRH 06 - Manhuaçu		**0**	**4**	**550**	**1.550**	**2.104**
Total Geral		**0**	**809**	**14.100**	**31.182**	**46.091**

Tabela 8 - PAP 2016/2020 da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	ESPACIA-LIZAÇÃO	VALORES (Mil R$)					
		2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS DE SANEAMENTO		**6.794**	**4.652**	**3.000**	**3.000**	**2.612**	**20.058**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	**5.000**
Elaborar projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos (SES).	Toda a bacia						
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:		4.794	2.652	1.000	1.000	1.000	**10.446**
Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Para cada uma das 9 UGRHs	3.270	1.017	-	-	-	4.287
Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).	Toda a bacia e UGRH 1	1.524	1.635	1.000	1.000	1.000	6.159
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	Para cada uma das 9 UGRHs	1.000	1.000	1.000	1.000	612	**4.612**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS		**6.650**	**8.050**	**8.050**	**7.671**	**5.488**	**35.909**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	Para cada uma das 9 UGRHs	1.945	2.345	2.345	2.053	1.487	**10.175**
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	Para as UGRHs 7 a 9	-	1.000	1.000	1.000	-	**3.000**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	Para as UGRHs 1, 4 a 9	900	900	900	819	819	**4.337**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	Para cada uma das 9 UGRHs	3.805	3.805	3.805	3.799	3.183	**18.398**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS		**4.015**	**5.535**	**5.600**	**3.600**	**2.600**	**21.350**
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs			2.000	2.000			**4.000**
P31 - Programa de Convivência com as Cheias		1.000	1.000	1.000	1.000	-	**4.000**
Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.	Toda a bacia	1.000	-				1.000
Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises/ Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação/ Conjunto de Intervenções não estruturais de			1.000	1.000	1.000		3.000

convivência com as cheias.							
Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta/ Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.							
P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos		1.655	1.135	1.200	1.200	1.200	**6.390**
Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)	Para Calha e as UGRHs 7 a 9	350					350
Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2) (Comitê de Integração/ Planejamento anual das atividades dos comitês/ Encontro anual da bacia).	11 Comitês	1.305	1.135	1.200	1.200	1.200	6.040
P71 - Programa de Comunicação Social	Toda a bacia	500	500	500	500	500	**2.500**
Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um.							
Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs.							
Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos.							
P72 - Programa de Educação Ambiental		460	500	500	500	500	**2.460**
Identificação e cadastramento das ações de educação ambiental existentes na bacia com avaliação das oportunidades de inserção dos temas de interesse do PIRH/PARHs.	Toda a bacia						
Realização de parcerias com órgãos de governo estaduais e municipais responsáveis pela política de educação ambiental na bacia e com instituições não governamentais atuantes nesta área.							
Elaboração de estratégias e materiais em linguagem regional adequada.							
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação		400	400	400	400	400	**2.000**
Elaborar manuais de procedimentos e normas para a gestão de recursos hídricos, incluindo a legislação vigente.	Toda a bacia						
Estabelecer convênios e parcerias com instituições especializadas em atividades de ensino e capacitação.							
Realizar oficinas de treinamento e capacitação com profissionais e técnicos voltados para as atividades de gestão de recursos hídricos.							
TOTAL		**17.459**	**18.237**	**16.650**	**14.271**	**10.701**	**77.317**

2. APRESENTAÇÃO

Neste relatório são apresentadas informações sobre cada um dos programas de investimentos previsto para a Bacia Hidrográfica do **Rio Suaçuí** a serem realizados com os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia. Estes programas estão previstos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - PIRH e foram priorizados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce no documento chamado Plano de Aplicação Plurianual - PAP.

Os programas estão agrupados por temas, assim como proposto no PIRH. Para cada programa é apresentada uma breve descrição sobre os objetivos de cada um, assim como a motivação para incluir este programa como um dos principais a serem executados na bacia. Também são apresentadas as contratações realizadas em cada um destes programas, assim como os resultados gerados por estas contratações.

Também é apresentada análise sobre os recursos financeiro inicialmente previstos para cada um dos programas do PAP e os investimentos realizados pelo IBIO – AGB Doce. Esta análise faz um comparativo entre os investimentos previsto e realizados em 2016. Apresentamos as principais dificuldades que encontramos para executar cada programa para que possamos entender como podemos melhorar a atuação do IBIO – AGB Doce para o próximo ano e alguma deficiência que identificamos na forma como inicialmente se pensou que cada programa poderia ser executado.

Para o exercício de 2016 foi aprovado pela ANA o Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, porém o IGAM não reconheceu o PAP 2016/2020 durante o ano de 2016, desta forma apresentamos neste Relatório de Gestão pelos recursos arrecadados e repassados pelo IGAM o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia do Rio Doce 2012/2015.

3. QUANTIDADE DA ÁGUA – BALANÇOS HÍDRICO

3.1. Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura (P22)

3.1.1. Descrição

Em todo o mundo, a irrigação é o uso mais importante de água. A possibilidade de implantar um processo de cobrança por este uso apresenta como dificuldades os elevados volumes a serem considerados e uma capacidade limitada de pagamento. Por outro lado, uma estratégia de cobrança bem elaborada contribui para a redução do consumo da água, seja por um uso mais eficiente, seja pela alteração do elenco de culturas explorado. Na bacia, o diagnóstico e o prognóstico apontam para um elevado consumo de água pela irrigação em algumas bacias, com possíveis conflitos entre os diversos usos ou usuários; possibilidade de esgotamento de mananciais superficiais e sub-superficiais de água, com reflexos na qualidade da água; e possibilidade de contaminação de aquíferos, considerados reservas estratégicas para atendimento de usos prioritários.

As demandas de irrigação constituem uma importante parcela da demanda total nas bacias de Minas Gerais (Caratinga, Manhuaçu e Suaçuí) e no Espírito Santo (Guandu, Santa Maria do Doce e São José - Pontões e Lagoas do Doce / Barra Seca do Rio Doce), abrangendo bacias onde o balanço hídrico, atual ou projetado, mostra-se como desfavorável. Desta maneira, uma ação de incentivo ao uso racional da água neste setor mostra-se como uma importante ação para diminuir o impacto do mesmo sobre as vazões retiradas.

É importante frisar que a inexistência de uma base de dados consistente dificulta uma avaliação prospectiva destas demandas hídricas, visto que o cadastro das outorgas ainda é um instrumento que deve ser aprimorado para o conhecimento não só das retiradas efetivamente utilizadas, mas também dos tipos de culturas, áreas irrigadas e métodos de irrigação.

Não obstante, a irrigação constitui um segmento de uso em que o emprego de tecnologias modernas, aliada a processos de conservação da água, encontra a maior possibilidade de racionalização. Ou seja, a adoção de práticas de conservação de água na irrigação sempre tem encontrado um bom retorno em termos de diminuição de custos e do volume consumido, mantendo-se boas produções agrícolas. Neste sentido, a cobrança pelo uso da água pode vir a se tornar um eficiente indutor de difusão de tecnologias de racionalização do uso da água, ao penalizar os usos mais perdulários. Em uma ação vertical, este programa deverá agir desde a geração de uma informação mais qualificada a respeito das demandas de irrigação, bem como propor um sistema de cobrança que incentive ao uso racional da água na agricultura. Desta forma, alcançando a médio e longo prazo a melhoria gradativa da disponibilidade e da qualidade da água pela redução de demanda na irrigação; com vistas a uma redução de conflitos pelo uso da água entre este e outros usos.

Os recursos deste Programa serão igualmente aplicados em seis áreas selecionadas nas bacias afluentes, nas unidades da porção mineira correspondentes às UGRHs 04, 05 e 06 (Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu), e nas unidades da porção capixaba, UGRHs 07, 08 e 09 (Guandu, Santa Maria do Doce e São José - Pontões e Lagoas do Doce / Barra Seca do Rio Doce).

3.1.2. Contratações e Resultados

Na Figura 5 estão ilustrados os municípios onde houveram ações relacionadas ao Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura - P22. A seguir são apresentados os resultados gerados em cada um dos contratos celebrados pelo IBIO – AGB Doce. Alguns contratos apresentados neste relatório não foram custeados com recursos do Contrato de Gestão IGAM nº 001/2011, porém foram listados por completarem e contribuírem com as ações relacionadas ao Comitê em questão. Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

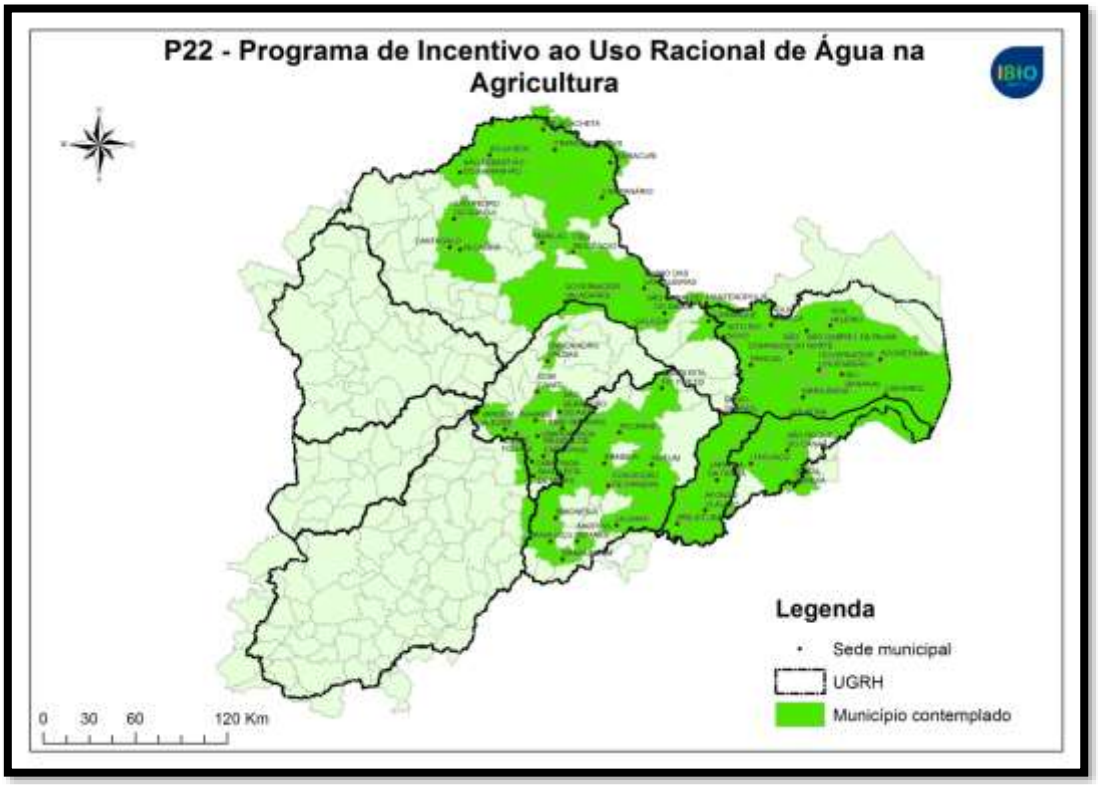


Figura 5 – Municípios atendidos pelo Programa P22.

Contrato nº 10/2013

Contrato 10/2013		**Programa**	P22 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Doce / /				
Objeto Contratação de estudos e serviços para atendimento ao Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22): com a finalidade de identificação de áreas irrigadas em trechos críticos e de áreas com potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas para o incentivo à adoção de práticas de conservação e uso racional de água na agricultura na Bacia do Doce.					
Valor	R$ 1.662.086,07	**Contratado**	Fundação Arthur Bernardes - Funarbe		
Pago	R$ 1.468.176,03	**Data**	24/05/2013	**Prazo**	24/05/2017
Saldo	R$ 193.910,04	**Gestor**	Eduardo	**Aditivos**	1

O objetivo da contratação é a realização de estudos e diagnósticos das UGRHs a serem atendidas pelo programa, assim como a capacitação no manejo da irrigação das propriedades agrícolas atendidas pelo programa consistindo das seguintes atividades:

- Avaliar as condições das estruturas de captação e de condução de água, o sistema de irrigação, e a condução técnica das lavouras, além de averiguar o processo de outorga e licenciamento;
- Identificar áreas que apresentam potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas;
- Estabelecer estratégias de apoio e divulgação de informações sobre as necessidades de água das culturas, e da eficiência de aplicação de água na irrigação;
- Apresentar manejo de irrigação que vise o uso sustentável e eficiente da água na agricultura, conscientizando os usuários a realizar as irrigações no momento adequado e na quantidade certa, evitando-se desperdícios pela aplicação de água em excesso e perdas de nutrientes por lixiviação.

Estima-se que 240 propriedades rurais, indicadas pelos respectivos comitês, serão contempladas pelo programa em três etapas, sendo:

- Etapa 01 - para 2013/2014: 80 propriedades rurais, sendo 40 para cada comitê CBH Caratinga e CBH Guandu;
- Etapa 02 - para 2014/2015: 80 propriedades rurais, sendo 40 para cada comitê CBH Manhuaçu e CBH Santa Maria do Rio Doce;
- Etapa 03 - para 2015/2016: 80 propriedades rurais, sendo 40 para cada comitê CBH Suaçuí e CBH São José (Pontões e Lagoas do Rio Doce / Barra Seca do Rio Doce).

Para início dos trabalhos em cada comitê de bacia, é apresentado o Plano de Trabalho detalhado, onde são informadas todas as atividades a serem realizadas, bem como o cronograma de execução. Para todas as etapas, são entregues os seguintes produtos: 01 (um) Relatório Zero - Plano de Trabalho; 03 (três) Relatórios Técnicos Parciais e o Relatório Final.

Dentre as atividades, para início da implantação do programa, destacamos:

- Mobilização das equipes: Os trabalhos começaram com a proposta de trabalho para implementação do programa aos membros dos comitês de bacia e à sociedade civil organizada, através de reuniões agendadas previamente pelos comitês participantes. Após estas reuniões, é repassada, pelos CBH participantes, a relação prévia sobre os 40 produtores rurais indicados para participar do programa.

- Lista de Participantes Indicados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica: Com as equipes da empresa contratada (FUNARBE) formadas, sendo uma equipe por UGRH a ser trabalhada, as listas dos participantes indicados são separadas por município. Após, começavam os trabalhos de análise dos cadastros, referente a dados do proprietário e de sua propriedade, qual a sua localização dentro do município, qual a cultura trabalhada, sistema de irrigação utilizada, dentre outras informações.

- Amostragem de solos e avaliação dos sistemas de irrigação: Em visita aos imóveis indicados, na propriedade participante é confirmado o interesse em participar do programa, sendo positivo, inicia-se com a realização das amostras de solos, da área irrigada e avaliando o sistema de irrigação utilizado. Todos os dados coletados são analisados posteriormente, para que seja repassada a empresa Irrigacerto Irrigação Ltda., para que possa padronizar o irrigâmetro para o imóvel participante.

- Instalação de irrigâmetros e treinamento dos operadores do sistema de irrigação**:** Depois de realizado os passos acima, cada aparelho irrigâmetro é customizado por imóvel participante e posteriormente instalado na propriedade, já começando o treinamento dos operadores do irrigâmetro. Este treinamento é feito de modo individual por imóvel participante, treinando o proprietário e/ou os responsáveis pelo sistema de irrigação, que em alguns casos são a própria família do participante. Posteriormente são realizadas visitas periódicas, por técnicos da empresa, aos imóveis para condução dos trabalhos de leitura do irrigâmetro, onde são realizados novos treinamento, caso necessário.

- Acompanhamento do manejo de irrigação: Toda nova tecnologia, quando introduzida, demanda acompanhamento sistemático. Para fazer este acompanhamento, uma planilha foi entregue a cada participante, onde deveria ser registrado:

    - A hora da leitura;
    - A face da Régua de Manejo;

- A leitura do nível de água no Tubo de Alimentação;
- Em que face de cor da Régua de Manejo;
- A quantidade de chuva;
- Se decidir irrigar ou não;
- Se for necessário irrigar, qual o tempo de operação;
- Qual o nível de água que deveria ser reposto no Tubo de Alimentação, após a uma chuva ou uma irrigação.

Para os comitês de bacia hidrográfica, das etapas 01 e 02 (CBH Caratinga, CBH Guandu, CBH Manhuaçu e CBH Santa Maria do Rio Doce) todos os relatórios já foram entregues, sendo que o relatório final da etapa 02 foi entregue e aprovado em 2016.

Em 2016, foram encerrados todos os trabalhos do programa nos CBH Manhuaçu - MG e CBH Santa Maria do Rio Doce - ES, onde todas as 80 propriedades rurais, indicadas pelos comitês, foram atendidos. Foi entregue o relatório final.

Com os participantes indicados pelos CBH Manhuaçu - MG e Santa Maria do Rio Doce - ES foram trabalhadas 27 tipos de culturas diversas: Pastagem, Forragem, Sorgo, Capim Mombaça, Café Comilona, Café Arábica, Campineira, Tomate, Milho, Feijão, Hortaliças, Vagem, Pimentão, Chuchu, Plantas Ornamentais, Cana, Manga Ubá, Cacau, Oleícolas, Banana, Feijão, Goiaba, Inhame, Limão, Pimenta, Uva e Pinha.

Bacia	Municípios participantes
Manhuaçu – MG	Conceição de Ipanema, Ipanema, Lajinha, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Mutum, Pocrane, Santa Rita do Itueto e Simonésia.
Santa Maria do Rio Doce - ES	Colatina, Santa Tereza, Itaguaçu e São Roque do Canaã.

Quanto ao quantitativo de áreas irrigadas no âmbito do programa, a soma dos dois comitês, já trabalhados, foi de 154,30 ha no CBH Manhuaçu e 171,46 ha no CBH Santa Maria do Rio Doce, perfazendo um total de 325,46 ha.

Nesse mesmo ano, começamos os trabalhos nos CBH Suaçuí e CBH São José– Pontões e Lagoas do Rio Doce / Barra Seca do Rio Doce, sendo que os comitês indicaram todos os 80 produtores para participação no programa. Todos os produtores indicados já foram visitados, cadastrados, os aparelhos irrigâmetros instalados, produtores treinados e atualmente é realizado o monitoramento junto aos participantes, para assistência técnica e orientação para o preenchimento de irrigação diária, que é utilizado para a elaboração do relatório individual do manejo da irrigação do participante.

A Figura 6 mostra a instalação do irrigâmetro e treinamento do participante, Expedito Martins Godoy, no município de Frei Inocêncio, pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí – MG.

Figura 6 – Instalação do Irrigâmetro e treinamento do Sr. Expedito Martins Godoy

Para os comitês da etapa 03 (CBH Suaçuí e CBH São José (Pontões e Lagoas do Rio Doce / Barra Seca do Rio Doce), já foram entregues e aprovados os relatórios: PP0 – Plano de Trabalho, RP1 e RP3, portanto, restando para ser entregue no ano de 2017, os relatórios RP3 e RF.

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Quantidade de Água – Balanços Hídricos
Subprograma: Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura – P22

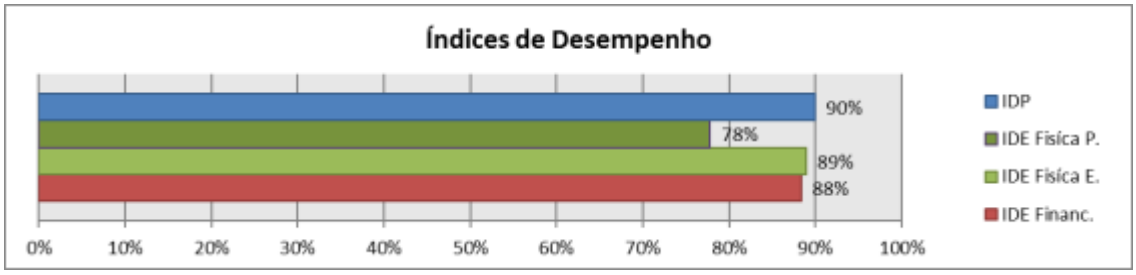
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P22 – Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura.

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	4 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	1 mês
Entrega dos Produtos	36 meses	43 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Índices de Desempenho:

- IDP – Índice de Desempenho de Prazo;
- IDE Física P. – Índice de Desempenho de Execução Física Planejado;
- IDE Física E. – Índice de Desempenho de Execução Física Executado;
- IDE Financ. – Índice de Desempenho de Execução Financeira.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Houve atrasos no prazo de entrega de alguns relatórios, tanto em 2016 como em anos anteriores, devido a vários fatores, tais como:

- Escolha inadequada dos produtores - Após todos os trabalhos de campo e instalação do aparelho Irrigâmetro, o participante desistiu de participar, onde tivemos que procurar outro produtor interessado e fazer a substituição do participante, atrasando em muito o nosso cronograma;

- Troca de especialistas da empresa contratada - Houve a troca de um especialista do programa e o novo demorou a ingressar no ritmo de trabalho;

- Atrasos devido a motivos de saúde por parte do Coordenador e um dos especialistas da equipe técnica da empresa FUNARBE.

Contrato nº 21B/2013

Contrato 21B/2013	Programa P22 /	Recursos ANA /
Alocação CBH Doce / /		
Objeto Fornecimento de 240 (duzentos e quarenta) equipamentos Irrigâmetros modelo UFV-2, conforme demanda da Contratante.		
Valor R$ 573.600,00	**Contratado** Irriga Certo Irrigação Ltda.	
Pago R$ 573.600,00	**Data** 22/10/2013	**Prazo** 08/12/2016
Saldo R$ 0,00	**Gestor** Eduardo	**Aditivos** 3

Aditivos: 3 – Sendo 1º Termo de Suspensão Contratual, 2º Termo de Interrupção da Suspensão Contratual; 3º Termo Aditivo.

O objetivo da contratação é o fornecimento de 240 (duzentos e quarenta) aparelhos denominados Irrigâmetros, modelo UFV-2. Os aparelhos serão fornecidos conforme demanda, em atendimento ao programa Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura – P22.

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Quantidade de Água – Balanços Hídricos
Subprograma: Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura – P22

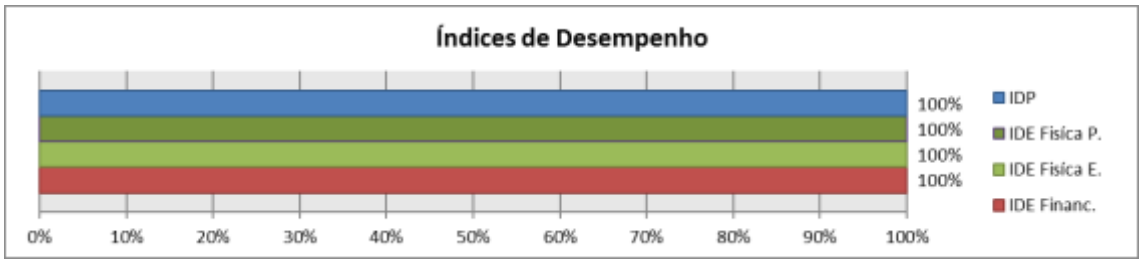
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P22 – Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura.

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	4 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	1 mês
Entrega dos Produtos	24 meses	36 meses (encerrado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Observação: Acompanhe o andamento deste contrato em www.cbhdoce.org.br/portal

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Os Contratos nº 10/2013 e 21B/2013 foram desenvolvidos em conjunto, por isso os atrasos em um contrato irá influenciar a execução do outro. Houve atrasos no prazo de entrega de alguns relatórios, tanto em 2016 como em anos anteriores, devido a vários fatores, tais como:

- Escolha inadequada dos produtores: após todos os trabalhos de campo e instalação do aparelho Irrigâmetro, o participante desistiu de participar, onde tivemos que procurar outro produtor interessado e fazer a substituição do participante, atrasando em muito o nosso cronograma.
- Troca de especialistas da empresa contratada – FUNARBE: houve a troca de um especialista do programa e o novo demorou a ingressar no ritmo de trabalho.

Houve também atrasos devido a motivos de saúde por parte do Coordenador e um dos especialistas da equipe técnica da empresa FUNARBE.

3.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP

O contrato de nº 10/2013, assinado com a FUNARBE para contratação de estudos e serviços para atendimento ao Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Ato Convocatório nº 01/2013, Termo de Referência – TDR e Anexos, teve o preço global de R$ 1.662.086,07 (Um milhão seiscentos sessenta e dois mil oitenta e seis reais e sete centavos). O preço de cada relatório anual, constante do objeto deste contrato é de:

- **RP0:** R$ 83.104,30 (oitenta e três mil cento e quatro reais trinta centavos);
- **RP1:** R$ 110.805,74 (cento e dez mil oitocentos e cinco reais e setenta e quatro centavos);
- **RP2:** R$ 83.104,30 (oitenta e três mil cento e quatro reais e trinta centavos);
- **RP3:** R$ 166.208,61 (cento e sessenta seis mil duzentos e oito reais sessenta e um centavo);
- **RF:** R$ 110.805,74 (cento e dez mil oitocentos e cinco reais setenta e quatro centavos);

Em maio de 2015, foram entregues os Relatórios Técnicos (RP1 e RP2), cujos valores são, respectivamente, R$ 110.805,74 e R$ 83.104,30. Em outubro do mesmo ano foram entregues mais dois Relatórios Técnicos (RP3 e RP0), cujos valores são, respectivamente, R$ 166.208,61 e R$ 83.104,30. Em decorrência dos atrasos supracitados, os valores previstos no PAP 2012/2015 não foram plenamente realizados até 2015, restando parte dos pagamentos para serem realizados em 2016 e 2017. Na Tabela 9 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO – AGB Doce.

Tabela 9 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no P22

Recursos Repassados pela ANA	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)						
Investimento Previsto PAP	**900**	**900**	**900**	**819**	**819**	**4.337**
Investimento Realizado	**654[3]**	**0**	**0**	**0**	**0**	**654**

Tabela 10 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado de Minas Gerais – P22

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	81	81	81	-	-	244
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	80	80	80	80	80	398
Investimento Realizado	256	-	-	-	-	256
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	105	105	105	105	105	524
Investimento Realizado	2	-	-	-	-	2
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	78	78	78	78	78	391
Investimento Realizado	67	-	-	-	-	67
Total de Investimentos Previstos	**344**	**344**	**344**	**262**	**262**	**1.556**
Total de Investimentos Realizados	**326**	**-**	**-**	**-**	**-**	**326**

[3] Soma dos valores desembolsados com o Programa P22 no ano de 2016, R$ 654.492,07. Em Minas Gerais R$325.784,49; e Espírito Santo R$ 328.707,58.

Tabela 11 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado do Espírito Santo – P22

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)- UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	89	89	89	89	89	445
Investimento Realizado	9	-	-	-	-	9
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	161	161	161	161	161	807
Investimento Realizado	64	-	-	-	-	64
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH09 São José						
Investimento Previsto no PAP	306	306	306	306	306	1.529
Investimento Realizado	256	-	-	-	-	256
Total de Investimentos Previstos	**556**	**556**	**556**	**556**	**556**	**2.781**
Total de Investimentos Realizados	**329**	**-**	**-**	**-**	**-**	**329**

3.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

A falta de comprometimento dos produtores rurais indicados para participar do programa tem sido a maior dificuldade encontrada, visto que muitos, após receber treinamento e o equipamento, não permaneceram no projeto. Isto acontece devido a estes produtores não darem a importância necessária à leitura do aparelho Irrigâmetro, que deve ser realizada diariamente para a verificação correta do manejo da irrigação.

Outro grande desafio a ser vencido, será fazer com que os proprietários rurais oficializem o uso da água, através do pedido de outorga de direito e uso de recursos hídricos aos órgãos gestores competentes. Grande parte dos irrigantes não possui a outorga, muitos por desinteresse e outros alegam dificuldade para obtenção da mesma.

4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

4.1. Programa Universalização do Saneamento (P41)

4.1.1. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), a bacia do rio Doce encontra-se em situação muito precária quanto aos serviços de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos. Mesmo quanto aos serviços de abastecimento de água que embora disponham de índices de atendimento elevados, o cumprimento de questões elementares de gestão fica abaixo dos padrões considerados satisfatórios, como o controle de perdas e o cumprimento da Portaria nº 2.914/2011 dos padrões de portabilidade. O PIRH-Doce indica ainda altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras.

A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos. Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, consequentemente, da qualidade de vida da população.

A Lei Federal nº 11.445/2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

O PMSB é assim o instrumento da Política de Saneamento Básico do município, onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos, sociais e técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

O CBH-Doce, em articulação com os CBH's estaduais, considerando o fato de que poucos municípios possuíam o PMSB ou recursos para sua elaboração e que o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta

a Lei nº 11.445/2010, condicionou à existência de PMSB para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico, entendeu como necessária a previsão no PAP do apoio na elaboração dos PMSB.

Em 2014, em conformidade com o PAP vigente na época (2012-2015), os recursos arrecadados pela União para o Programa de Universalização do Saneamento (P41) foram distribuídos em oito das nove unidades de gestão de recursos hídricos da bacia, de acordo com a necessidade das mesmas, visando o apoio na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para todos os municípios elegíveis e que manifestaram interesse, sendo considerados elegíveis aqueles municípios que ainda não possuem os planos ou não dispõem de recursos para sua elaboração.

Como no período do PAP 2012-2015 nem todos os municípios haviam sido contemplados ainda com os PMSB e outros manifestaram interesse após a licitação das empresas de apoio à elaboração dos PMSB, o PAP 2016-2020 aprovado para recursos federais também alocou recursos para tal fim, de forma a contemplar o maior número possível de municípios. Atualmente, foram finalizados 156 PMSB e 9 se encontram em elaboração.

Cabe ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas às solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB contratados pelo IBIO - AGB Doce na bacia hidrográfica do rio Doce contempla o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.

O CBH-Suaçuí investiu R$ 3,7 milhões, oriundos da cobrança pelo uso da água no Programa de Universalização do Saneamento, beneficiando 36 municípios da região com a elaboração dos planos municipais de saneamento básico.

Foram contempladas as seguintes cidades: São José de Safira, Goiabeira, Peçanha e Divino das Laranjeiras, Virginópolis, Periquito, Itambacuri, Cantagalo, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo do Baixio, São Geraldo da Piedade, Sardoá e Divinolândia de Minas, Campanário, Virgolândia, São João Evangelista, Divinolândia, São Pedro do Suaçuí, Materlândia, Franciscópolis, Mathias Lobato, Galileia e Cuparaque, São Sebastião do Maranhão, Frei Inocêncio, Marilac, Nacyp Raydan e Virgolândia, Frei Lagonegro, São Sebastião do Maranhão, Água Boa, Coroaci, Paulistas, Serra Azul de Minas e Rio Vermelho.

Ainda no que se refere ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), o PAP 2016-2020 ANA prevê investimentos em projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. Nesse sentido, foi aprovado pelo CBH Piranga que dois projetos fossem realizados no município de Viçosa-

MG, tendo em vista a escassez hídrica que o município tem enfrentado. Os projetos foram licitados no final de 2016 e encontram-se em sua fase inicial.

4.1.2. Contratações e Resultados

Na Figura 7 estão ilustrados os municípios onde houveram ações relacionadas ao Programa de Universalização do Saneamento – P41. A seguir são apresentados os resultados gerados em cada um dos contratos celebrados pelo IBIO – AGB Doce. Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

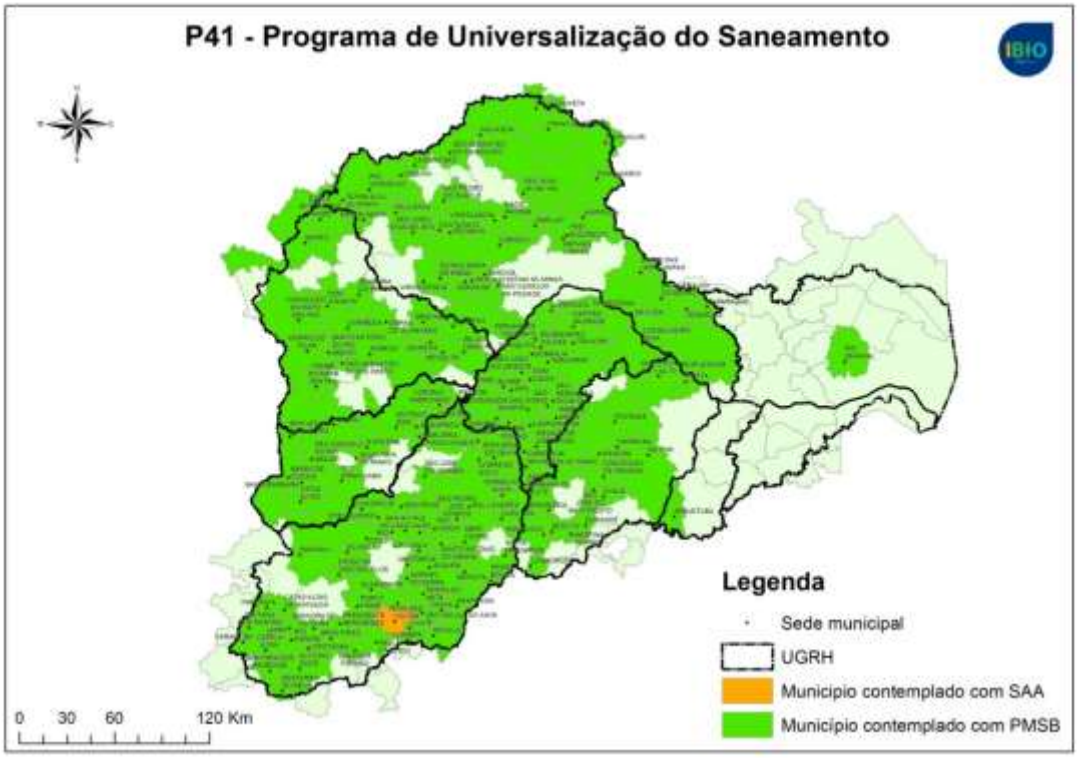


Figura 7 – Municípios atendidos pelo Programa P41.

Principais Resultados:

As contratações deste programa estão relacionadas à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico e elaboração de Projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água para os municípios contemplados. Para a contratação das empresas para elaboração dos PMSB, o IBIO – AGB Doce agrupou os municípios contemplados em lotes, com a finalidade de diminuir os custos por município, tornar as contratações mais atrativas para os interessados e alcançar maior

eficiência no processo de gerenciamento. Até o momento, 165 municípios foram contemplados com PMSB e 1 município com Projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água.

No ano de 2016, totalizou-se 156 municípios com PMSB finalizados, estando os produtos devidamente entregues e aprovados pelos Comitês Executivos e de Coordenação municipais, consultores contratados para acompanhamento das atividades e pelo IBIO AGB Doce, restando apenas a realização do pagamento das últimas parcelas dos Contratos no ano de 2017.

Os 9 municípios remanescentes contemplados com PMSB estão iniciando as atividades, com previsão de conclusão em novembro de 2017. Da mesma forma, o município de Viçosa/MG, contemplado com dois Projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água, também iniciou as atividades no ano de 2016, estando prevista a conclusão dos projetos para junho e setembro de 2017. A seguir são apresentadas as informações relacionadas à execução de cada um dos contratos assinados no âmbito do programa P41.

Contrato nº 14/2015

Contrato 14/2015	**Programa**	P41 /	**Recursos**	ANA / IGAM
Alocação	CBH Suaçuí / /			
Objeto Contratação de serviços de consultoria especializada para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios do Lote 01: Água Boa, Cantagalo, Coluna, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Malacacheta, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas e Lote 02: Campanário, Coroaci, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Frei Inocêncio, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São José da Safira, Sardoá, Virginópolis e Virgolândia, pertencentes à Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH 4) do Suaçuí				
Valor	R$ 3.780.697,43	**Contratado**	Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC	
Pago	R$ 3.024.557,95	**Data**	29/05/2015	**Prazo** 30/12/2016
Saldo	R$ 756.139,48	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos** 1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Suaçuí

Modalidade de Aplicação: Indireta

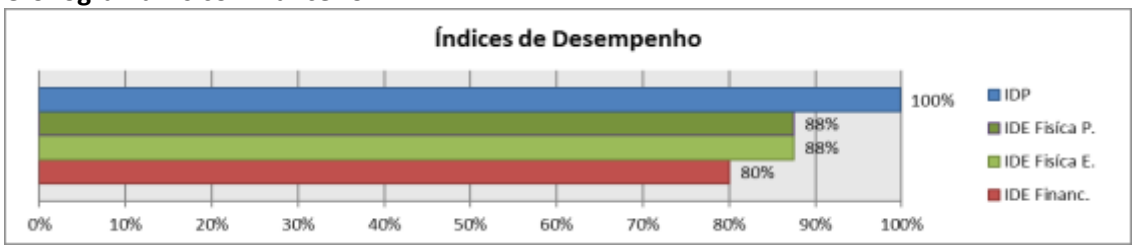
Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	Imediato

Início das Atividades	Imediato	1 mês
Entrega dos Produtos	12 meses	19 meses (finalizado[4])

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 14/2015, o prazo de duração é de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO - AGB Doce e emissão da Ordem de Serviço. Conforme ainda a mesma cláusula, os produtos deverão ser entregues pela contratada dentro da vigência do contrato, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante a sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte dos Municípios constantes dos Lotes 01 e 02, e/ou do IBIO - AGB Doce, sem qualquer reajustamento ou correção dos valores.

Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSB e devido à complexidade dos serviços ora contratados foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos. Os vencedores da licitação para contratação de profissionais autônomos para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSB foram a consultora Vera Christina Vaz e o consultor Marle José Ferrari Junior, que iniciaram suas atividades aproximadamente 4 (quatro) meses após a empresa.

Conforme informado na solicitação para a primeira prorrogação de prazo da empresa, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias por parte dos municípios, bem como pela COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

No ano de 2016 os PMSB dos municípios pertencentes a este contrato foram corrigidos e finalizados, com todos os produtos entregues. Como a maior parte dos Produtos 8 chegaram ao IBIO no dia 13 de dezembro de 2016 não foi possível incluí-los nos pagamentos do mês, ficando para o ano de 2017.

[4] Falta apenas o pagamento, produto entregue em 13/12/2016

Contrato nº 27/2015

Contrato 27/2015	Programa	P41 /	Recursos	ANA /
Alocação	CBH Suaçuí / /			
Objeto Prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) dos seguintes Municípios, componentes da bacia hidrográfica do Rio Suaçuí – UGRH 4 Suaçuí. Lote 05. Água Boa, Cantagalo, Coluna, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Malacacheta, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas				
Valor R$ 128.600,00	**Contratado**	Marle José Ferrari Junior		
Pago R$ 90.020,00	**Data**	02/09/2015	**Prazo**	03/02/2017
Saldo R$ 38.580,00	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Suaçuí

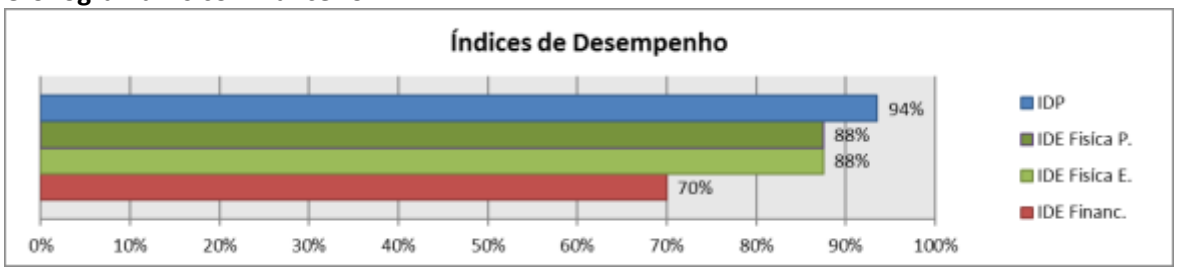
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	15 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 27/2015, o prazo de duração é de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO - AGB Doce,

podendo ser prorrogado no caso de prorrogação dos prazos de execução dos Planos de Saneamento Básico a que esteja a atender o contratado. Conforme o Parágrafo Primeiro da mesma cláusula, o contrato poderá também ser prorrogado desde que devidamente para atender excepcionalidades, como a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução.

Conforme informações da FUNEC, empresa contratada para elaboração dos PMSB na Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí, ao qual o Contrato nº 27/2015 do profissional Marle está vinculado, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias junto aos municípios e COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Considerando os fatos citados, o consultor Marle solicitou prorrogação do prazo do contrato por mais 05 (cinco) meses, sendo então celebrado o 1º Termo Aditivo. No ano de 2016 todos os produtos dos PMSB referentes aos municípios pertencentes a este Lote foram corrigidos e finalizados, restando apenas a entrega dos Pareceres físicos do consultor, referentes aos Produtos 8, bem como seus respectivos pagamentos, para serem realizados em 2017.

Contrato nº 28/2015

Contrato 28/2015	Programa P41 /	Recursos ANA /
Alocação CBH Suaçuí / /		
Objeto Prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) dos seguintes Municípios, componentes da bacia hidrográfica do Rio Suaçuí – UGRH 4 Suaçuí. Lote 06. Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, Sardoá, Virginópolis		
Valor R$ 107.602,00	**Contratado** Marle José Ferrari Junior	
Pago R$ 75.321,40	**Data** 02/09/2015	**Prazo** 03/02/2017
Saldo R$ 32.280,60	**Gestor** Cynthia	**Aditivos** 1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Suaçuí

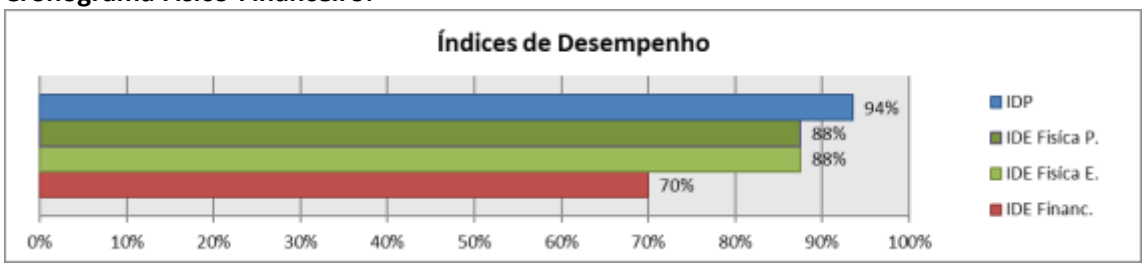
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	15 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 28/2015, o prazo de duração é de 12 (doze) meses, com

vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO - AGB Doce, podendo ser prorrogado no caso de prorrogação dos prazos de execução dos Planos de Saneamento Básico a que esteja a atender o contratado. Conforme o Parágrafo Primeiro da mesma cláusula, o contrato poderá também ser prorrogado desde que devidamente para atender excepcionalidades, como a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução.

Conforme informações da FUNEC, empresa contratada para elaboração dos PMSB na Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí, ao qual o Contrato nº 28/2015 do profissional Marle está vinculado, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias junto aos municípios e COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Considerando os fatos citados, o consultor Marle solicitou prorrogação do prazo do contrato por mais 05 (cinco) meses, sendo então celebrado o 1º Termo Aditivo. No ano de 2016 todos os produtos dos PMSB referentes aos municípios pertencentes a este Lote foram corrigidos e finalizados, restando apenas a entrega dos Pareceres físicos do consultor, referentes aos Produtos 8, bem como seus respectivos pagamentos, para serem realizados em 2017.

Contrato nº 29/2015

Contrato 29/2015	Programa P41 /	Recursos ANA /
Alocação CBH Suaçuí / /		
Objeto Prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) dos seguintes Municípios, componentes da bacia hidrográfica do Rio Suaçuí – UGRH 4 Suaçuí. Lote 07. Campanário, Coroaci, Frei Inocêncio, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, São José da Safira e Virgolândia		
Valor R$ 82.950,00	**Contratado** Vera Christina Vaz Lanza	
Pago R$ 82.950,00	**Data** 02/09/2015	**Prazo** 03/02/2017
Saldo R$ 0,00	**Gestor** Cynthia	**Aditivos** 1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Suaçuí

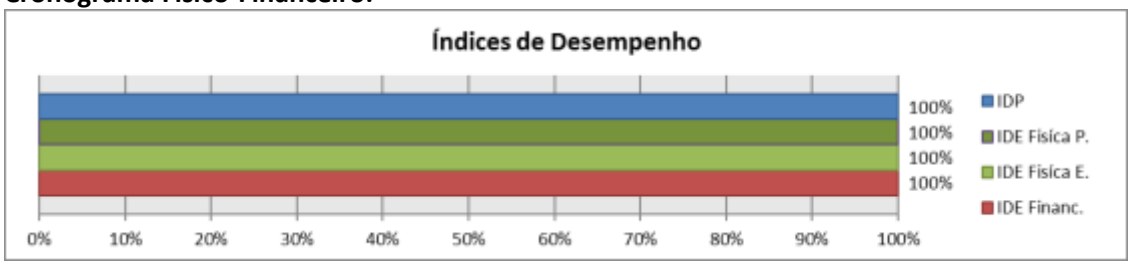
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	15 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 29/2015, o prazo de duração é de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO - AGB Doce, podendo ser prorrogado no caso de prorrogação dos prazos de execução dos Planos de Saneamento

Básico a que esteja a atender o contratado. Conforme o Parágrafo Primeiro da mesma cláusula, o contrato poderá também ser prorrogado desde que devidamente para atender excepcionalidades, como a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução.

Conforme informações da FUNEC, empresa contratada para elaboração dos PMSB na Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí, ao qual o Contrato nº 29/2015 da profissional Vera está vinculado, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias junto aos municípios e COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Considerando os fatos citados, a consultora Vera solicitou prorrogação do prazo do contrato por mais 05 (cinco) meses, sendo então celebrado o 1º Termo Aditivo. No ano de 2016 todos os produtos dos PMSB referentes os municípios pertencentes a este Lote foram corrigidos e finalizados.

O Contrato nº 29/2015 foi encerrado no dia 15/12/2016, antes do prazo previsto, em virtude da conclusão das atividades, correspondente entrega total do objeto, devidamente liquidado e atestado pelo IBIO – AGB Doce.

Figura 8 – Audiência de Aprovação do PMSB de Itambacuri, em novembro de 2016.

4.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. O PAP é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a bacia hidrográfica do rio Doce.

Conforme a referida Deliberação e as que a alteram (Deliberações nº 51, 53, 54 e 56/2016), foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espirito Santo e Minas Gerais, para os programas hidro ambientais P12, P21, P22 e P52, para os programas de saneamento P41 e P42, e para o programa de fortalecimento dos comitês P61.2. Na Tabela 12 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO – AGB Doce alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos PMSB e Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA).

Tabela 12 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P41

Recursos Repassados pela ANA	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Universalização do Saneamento (P41)						
Investimento Previsto no PAP	**4794**	**2652**	**1000**	**1000**	**1000**	**10446**
Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	3270	1017	0	0	0	4287
Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA)	1524	1635	1000	1000	1000	6159
Investimento Realizado	**4392**	**0**	**0**	**0**	**0**	**4392**
Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	4392	0	0	0	0	4392
Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA)	0	0	0	0	0	0

No ano de 2016, para o Programa de Universalização do Saneamento (P41) o investimento realizado com o recurso da união foi de R$ 4.392 mil. Com esse investimento foi realizado o pagamento dos Produtos dos PMSB de diversos municípios da bacia hidrográfica do rio Doce. O valor realizado foi superior ao previsto no PAP, pois alguns pagamentos que inicialmente foram previstos para serem realizados no final do ano de 2015, foram efetivamente realizados em 2016, conforme já relatado nos itens anteriores, que apresentam os atrasos ocorridos nos Contratos.

No que se refere aos Projetos de SAA, não foram realizados desembolsos em 2016, mas já foram contratados dois projetos para o Município de Viçosa/MG, no valor total de R$ 915 mil, que serão executados ao longo do ano de 2017.

Tabela 13 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P41

Recursos Repassados pela IGAM	2012	2013	2014	2015	2016	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	-	5	2.300	5.400		**7.705**
Investimento Realizado	-	5	2.701	2.757	1.350	**6.813**
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	-	164	5.500	4.000		**9.664**
Investimento Realizado	-	164	1.116	1.839	933	**4.052**
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	-	1	500	2.500		**3.001**
Investimento Realizado	-	1	-	323	1.126	**1.450**
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	-	-	500	1.200		**1.700**
Investimento Realizado	-	-	-	720	275	**995**
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	-	-	500	1.500		**2.000**
Investimento Realizado	-	-	-	562	750	**1.312**
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	-	1	500	1.500		**2.001**
Investimento Realizado	-	1	563	825	378	**1.767**
Total de Investimentos Previstos	-	170	9.800	16.100		**26.070**
Total de Investimentos Realizados	-	170	4.380	7.026	4.812	**16.388**

Na tabela acima (Tabela 13) é apresentada a comparação entre o previsto no PAP 2012/2015 e o realizado pelo IBIO – AGB Doce alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), para a elaboração de PMSB, nas 6 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), do estado de Minas Gerais, com os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce.

Também apresentamos os recursos estaduais desembolsados em 2016. Os mesmos estão sem os valores referente aos investimentos previstos no PAP devido ao fato de o IGAM não ter aprovado o PAP 2016/2020 no exercício de 2016.

No ano de 2016, para o Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos PMSB, foi investido R$ 4.812 mil nas 6 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH). Alguns pagamentos que inicialmente foram previstos para serem realizados no final do ano de 2015, foram efetivamente realizados em 2016, pois apresentaram atrasos ocorridos nos Contratos.

4.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Com o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Programa de Universalização de Saneamento (P41) foi possível elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico para 165 municípios, do total de 211 municípios com sede na bacia do rio Doce, sendo que dentre esses, 156 já tiveram o PMSB concluído (restando apenas finalizar pagamentos). Já os outros 9 estão no início da elaboração. Além de ter sido iniciada a elaboração de Projetos de SAA, com um município sendo contemplado.

Espera-se que até o final de 2017, com a conclusão dos 166 PMSB com recursos da cobrança, todos os municípios da bacia do rio Doce tenham seu PMSB, que é um instrumento imprescindível para continuidade da implementação dos Programas de Saneamento (P11 e P41), pois só com um plano bem construído será possível o apoio aos municípios com a elaboração de projetos de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A principal dificuldade encontrada para a publicação dos Atos Convocatórios nº 07/2016 e nº 08/2016 está relacionada à falta de repasse de recursos por parte do IGAM. Para viabilizar as contratações, inicialmente previstas com recursos estaduais, foi necessária a revisão do PAP para a realocação de recursos, de forma a viabilizar as contratações por meio da cobrança pelo uso da água federal.

Com relação às prefeituras, que manifestaram interesse e foram contempladas com a elaboração dos PMSB, salienta-se a limitação de sua capacidade técnica, sendo também um grande obstáculo. De maneira geral, os envolvidos na elaboração do PMSB, por parte das prefeituras, não têm dedicação exclusiva a tal tarefa. Dessa forma, muitas vezes as atividades relacionadas ao PMSB não são tratadas com a devida importância. Além disso, a deficiência na integração entre as secretarias e departamentos, a não disponibilização de dados ou até mesmo a sua ausência durante as atividades de elaboração do PMSB são também desafios a serem vencidos.

O envolvimento da sociedade nos eventos que ocorrem durante a elaboração do PMSB e a sua divulgação são pontos de fragilidade encontrados. A questão do saneamento ainda é muito incipiente e a sociedade não dá o devido valor ao tema. Ficou evidenciado que alguns municípios estavam elaborando o PMSB apenas para cumprir uma determinação legal e não com a convicção da grande importância da elaboração de um documento que traria em um único documento dados

dispersos nas secretarias dos municípios e serviria como um instrumento de planejamento do município.

Os CBH's têm sido grandes aliados no processo de elaboração dos PMSB, já que possuem relacionamento estreito com os municípios. Sempre estão se mostrando abertos e solícitos em atuar juntamente com o IBIO AGB - Doce na resolução dos conflitos que surgem durante o percurso da construção dos planos. As empresas também foram se adequando ao longo das atividades, em virtude dos desafios encontrados e no sentido de fortalecer a mobilização social. É possível notar ainda falta de interesse e conhecimento na área por parte da população e dos representantes dos municípios. Mesmo sabendo que o saneamento básico é de suma importância para o desenvolvimento dos municípios e que existe lei específica sobre isto, o assunto não é levado com a devida seriedade por muitos.

Para melhor andamento das etapas de avaliação e validação dos produtos, foi realizada a contratação de profissionais autônomos para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial (consultores) para análise e validação dos PMSB. No ano de 2014 já havia sido contratado quatro profissionais, por meio do Ato Convocatório n° 07/2014. No ano de 2015 foram contratados mais quatro profissionais, através dos Atos Convocatórios nº 02/2015 e nº 07/2015, que deram segmento com as atividades no ano de 2016.

Além disso, neste ano iniciou-se a elaboração de 09 PMSB sendo necessária a contratação de mais um profissional para o mesmo fim. O Ato Convocatório nº 13/2016 foi publicado em 2016, mas a abertura de propostas e o início do Contrato com a consultora foram realizados já em 2017. No que se refere aos Projetos de SAA, contratados para o município de Viçosa-MG, ainda não foram verificadas dificuldades em seu andamento, tendo em vista que o Contrato é recente e é o primeiro com esse objeto.

5. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

5.1. Programa de Recomposição de APPS e Nascentes (P52)

5.1.1. Descrição

A bacia apresenta trechos em que há elevados índices de sólidos suspensos e áreas de intensa erosão do solo. Os efeitos da mata ciliar sobre a retenção de sólidos e manutenção de margens são conhecidos, e a instalação de uma unidade de demonstração favorece a multiplicação de iniciativas semelhantes. A utilização inadequada da bacia favorece a destruição de nascentes, o que eleva a importância dos eventos críticos de seca, com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.

Em função de questões legais e mesmo ambientais, a restauração de áreas degradadas hoje tem se concentrado principalmente no ambiente ciliar. Apesar das matas ciliares estarem protegidas, na legislação, há quase meio século não foram poupadas da desenfreada degradação das formações naturais. Com o cumprimento da exigência legal dos órgãos fiscalizadores nas últimas décadas, as cobranças judiciais obrigando a conservação e restauração das formações ciliares, passaram a ser cada vez mais frequentes e exigentes na qualidade das ações propostas. Há um consenso de que a questão da degradação das matas ciliares é um dos problemas mais comuns quando se pretende a recuperação da condição dos cursos d'água, tendo sido identificado um alto déficit de matas ciliares ao longo da bacia do rio Doce.

O programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) tem como objetivo levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto contemplando as seguintes ações:

- Mapear e definir trechos críticos e sub-bacias piloto com baixa cobertura de vegetação ciliar e de topo de morro para a recuperação de APPs, nascentes e áreas degradadas;
- Visitas a campo para avaliação das condições e da proposta de recuperação;
- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos por um período mínimo de 5 anos.

Para o programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) a hierarquização dos estudos, planos, projetos e ações priorizados do PIRH/PARHs Doce, com espacialização por unidade de gestão de recursos hídricos, serão atendidos com os seguintes critérios:

- Áreas onde há intensa erosão do solo;

- Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público;
- Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz;
- Áreas no entorno de unidades de conservação;
- Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia;
- Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa;
- Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.

5.1.2. Contratações e Resultados

No exercício de 2016 não houveram contratações do CBH do Rio Suaçuí para o Programa de Recomposição de APPS e Nascentes - P52.

5.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que instituí o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. O PAP é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a bacia hidrográfica do rio Doce.

Conforme as deliberações do CBH Doce nº 53, 54 e 56/2016, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espirito Santo e Minas Gerais, para os programas hidro ambientais P12, P21, P22 e P52, para os programas de saneamento P41 e P42, e para o programa de fortalecimento dos comitês P61.2. Na Tabela 14 está a comparação entre o previsto no PAP 2016/2020 e o realizado pelo IBIO – AGB Doce alocados ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52).

Tabela 14 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P52

Recursos Repassados pela ANA	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)						
Investimento Previsto no PAP	**3.805**	**3.805**	**3.805**	**3.799**	**3.183**	**18.398**
Investimento Realizado	**355**	**-**	**-**	**-**	**-**	**355**

No ano de 2016, para o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) o investimento realizado com o recurso da união foi de R$ 354.809,28 (trezentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos e nove reais e vinte e oito centavos). Com esse investimento foi realizado o pagamento de parte do Produto 2 do Contrato nº 34/2015, que corresponde a 300 CAR, 300 Documentações e projetos do Reflorestar aprovados e validados e 150 Contratos de Pagamento por Serviços Ambientais.

Na Tabela 15 está a comparação entre o previsto no PAP 2012/2015 e o realizado pelo IBIO – AGB Doce alocados ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) nas 6 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), do estado de Minas Gerais, com os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce.

Tabela 15 - Recursos repassados pela IGAM alocado ao P52

Recursos Repassados pela IGAM	2012	2013	2014	2015	2016	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	1.000		1.000
Investimento Realizado	-	0	0	-	-	-
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	-	1	1.000	5.000		6.001
Investimento Realizado	-	0	0	-	-	-
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	-	1	-	932		933
Investimento Realizado	-	0	0	-	-	-
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	-	1	-	-		1
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Total de Investimentos Previstos	-	3	1.000	6.932		7.935
Total de Investimentos Realizados	-	-	-	-	-	-

De acordo com a Cláusula Quarta do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 que entre si celebram o Instituto Mineiro de Gestão das Aguas – IGAM e o Instituto BioAtlântica, ficou vedada a realização de novos contratos e a assunção de novos compromissos que não estavam previstos no PAP 2012/2015, sendo permitido apenas a realização de pagamentos decorrentes de contratos já firmados e que necessitem ser prorrogados para conclusão dos serviços vinculados ao

plano de trabalho vigente e a manutenção das estruturas físicas e operacionais da Entidade Equiparada e dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros do Rio Doce. Também ficou definido neste aditivo que os contratos firmados pelo IBIO deveriam ter vigência até 31/12/2016.

Em função da situação do contrato de gestão IGAM/IBIO, que tornou inviável ao IBIO assumir novas contratações que ultrapassassem o exercício de 2016, não foram utilizados os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce para as contratações do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes - P52 no ano de 2016, uma vez que as atividades e ações previstas no Programa ultrapassariam o período de vigência do Contrato.

5.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

As principais dificuldades no desenvolvimento do Programa P52 estão relacionadas a falta de interesse dos produtores em participar do programa, dificuldades de mobilização, atrasos no sistema online do Reflorestar, dificuldades em conciliar as demandas de cada instituição envolvida na execução das atividades do programa, mudanças no órgão responsável pela emissão dos contratos.

Os comitês têm sido grandes aliados no processo de mobilização, já que possuem relacionamento estreito com os municípios e com os produtores. Porém, essa etapa ainda é fragilizada devido à falta de informações e interesse dos produtores. Em alguns municípios não houve adesão dos produtores em participar do programa como era esperada, foram realizadas algumas reuniões de mobilização nesses municípios, mas as metas estipuladas não foram alcançadas.

Outro agravante para o atraso das atividades está relacionado ao sistema online do Reflorestar. No mês de fevereiro de 2016 o sistema online do REFLORESTAR apresentou um problema relacionado à elaboração dos mapas dos projetos de adequação. O programa passou por algumas reformulações e, em função disso, a emissão dos contratos ficou paralisada por um determinado tempo, até a definição do órgão responsável pela emissão. Atualmente esse entrave já foi resolvido e a empresa está visitando às propriedades rurais a fim de colher as assinaturas dos proprietários.

6. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

6.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2)

6.1.1. Descrição

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos comitês de bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe da bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO – AGB Doce, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos. Entre 2012 e 2016 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. O objetivo é promover a divulgação, o fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

6.1.2. Contratações e Resultados

Todas as contratações realizadas para atendimentos às demandas dos Comitês estão relacionadas a dois tipos de serviços específicos.

Um deles relacionados a serviços considerados transversais, que são aqueles que atendem a mais de um programa do PAP ao mesmo tempo, assim como às demandas administrativas do IBIO – AGB Doce. São contratos relacionados à aquisição de passagens aéreas, locação de veículos, serviços de motorista, realização de eventos, etc. Os serviços considerados transversais são apresentados no item 8 deste relatório.

Outro tipo de serviço contratado está relacionado ao fortalecimento da imagem dos Comitês com ações de divulgação e comunicação. Para o CBH Suaçuí no exercício de 2016 não houveram demandas destas contratações. Todos as contratações realizadas com este objetivo para os demais

comitês podem ser acompanhadas no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

6.1.3. Plano de Aplicação Plurianual – PAP

A execução das ações deste programa está diretamente relacionada ao plano de trabalho dos Comitês, elaborado com apoio do IBIO – AGB Doce e das demandas que surgem ao longo do ano. Desta forma, todo o recurso desembolsado em 2016 foi fruto das demandas geradas pelos Comitês, que estão relacionadas a viagens, promoção de eventos, realização de Reuniões Plenárias e Câmaras Técnicas, entre outras atividades ligadas à gestão de recursos hídricos, etc. Ações que estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento dos demais programas do PAP, tendo em vista que custeiam as reuniões em que os comitês deliberam sobre as ações que serão realizadas em prol da revitalização da Bacia.

Na Tabela 16 apresentamos a comparação entre os recursos previstos e realizados pelo IBIO – AGB Doce no PAP 2016/2020 com recursos repassados pela ANA.

Na Tabela 17 apresentamos a comparação entre o previsto e o realizado pelo IBIO – AGB Doce no PAP 2012/2015 com recursos estaduais. Os valores desembolsados em 2016 também estão incluídos nesta tabela. Como o IGAM não reconheceu o PAP 2016/2020 não colocamos valores para investimentos previsto no PAP para o ano de 2016.

Tabela 16 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no Programa P1.2

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2)						
Investimento Previsto no PAP	1.305	1.135	1.200	1.200	1.200	**6.040**
Investimento Realizado	1.173	-	-	-	-	**1.173**

Tabela 17 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2

Recursos Repassados pela IGAM	2012	2013	2014	2015	2016	**Total**
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	**(mil R$)**
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga						
Investimento Previsto no PAP	-	-	100	100		**200**
Investimento Realizado	-	-	-	53	19	**72**
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	-	-	100	100		**200**

Investimento Realizado	-	-	-	45	1	**46**
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	-	-	50	50		**100**
Investimento Realizado	-	-	-	-	6	**6**
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	-	-	50	50		**100**
Investimento Realizado	-	-	-	-	16	**16**
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	-	-	50	50		**100**
Investimento Realizado	-	-	-	-	7	**7**
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	-	-	50	50		**100**
Investimento Realizado	-	-	-	-	10	**10**
Total de Investimentos Previstos	-	-	400	400		**800**
Total de Investimentos Realizados	-	-	-	98	58	**156**

6.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Entendemos que a insuficiência dos recursos alocados para despesas administrativas (7,5% dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos) para custeio das sedes dos Comitês, assim como para arcar com despesas equipe de apoio e de escritório é a principal deficiência e limitação para implementar as ações de fortalecimento dos comitês. É sabido que os Comitês, em sua maioria, entendem que o processo de fortalecimento passa pela estruturação de uma sede para que seja mais fácil realizar algumas atividades de divulgação, mobilização e apoio às Reuniões Plenárias e de Câmaras Técnicas, assim como na realização de alguns eventos. Com a limitação financeira vivenciada pela Entidade Delegatária/Equiparada, não há possibilidade de realizarmos tais investimentos, o que compromete, em alguns casos, o fortalecimento dos Comitês.

Desta forma, as ações de fortalecimento têm como foco de investimento o custeio de despesas de viagem dos membros e convidados dos comitês, ações de comunicação e realização de Reuniões Plenárias, de Câmaras Técnicas e alguns eventos demandados pelos Comitês. Em 2016, sobretudo devido ao aporte adicional de recursos disponibilizado pela ANA, foi possível evoluir um pouco. A fim de otimizar o atendimento às demandas, foram contratados estagiários para dar apoio aos comitês *in loco,* com respaldo da equipe da secretaria executiva do comitê, que fica na sede da agência e também foi ampliada para garantir agilidade e eficiência no atendimento às demandas. Além disso, também foi possível iniciar a aquisição dos materiais necessários à estruturação das sedes. No entanto, esta estruturação está em fase inicial e depende do apoio de parcerias, sobretudo no que se refere ao espaço físico para o funcionamento da sede dos comitês.

7. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

7.1. Programa Comunicação do Programa de Ações (P71)

7.1.1. Descrição

O programa de comunicação tem por objetivo dar visibilidade às ações implementadas no âmbito do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH) e seus respectivos planos de ação (PARHs), sobretudo no que se refere aos programas hierarquizados no plano de aplicação plurianual dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia (PAP-Doce).

A execução eficiente do programa de comunicação cria um ambiente favorável, que permite a ampliação da visibilidade e o consequente fortalecimento institucional dos comitês e do IBIO – AGB Doce, reforçando a importância destes na sociedade e possibilitando a formação de importantes parcerias para uma gestão eficiente dos recursos hídricos.

7.1.2. Contratações e Resultados

Alguns dos contratos apresentados abaixo não foram custeados com recursos do Contrato de Gestão IGAM 001/2011, porém eles foram listados por completarem e contribuírem com as ações relacionadas ao Comitê em questão.

Contrato 06/2013

Contrato 06/2013		**Programa**	P71 /	**Recursos**	ANA / IGAM
Alocação	Transversal / /				
Objeto Contratação de empresa especializada para planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.					
Valor	R$ 1.110.857,57	**Contratado**	Prefácio Comunicação Ltda.		
Pago	R$ 1.006.558,93	**Data**	25/03/2013	**Prazo**	28/03/2017
Saldo	R$ 104.298,64	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	5

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

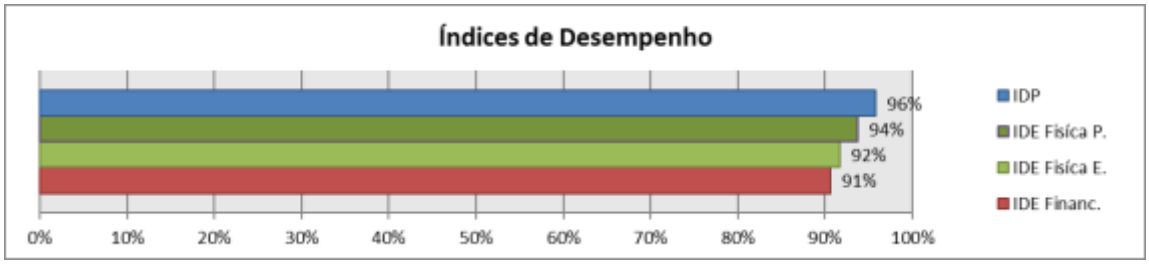
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	3 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	48 meses	Em andamento

Cronograma Físico-Financeiro:



A seguir são apresentados os principais resultados gerado a partir da contratação da empresa especializada em planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.

Releases: Para divulgar as ações dos comitês, realizadas ao longo do ano, foram elaborados diversos releases, encaminhados aos conselheiros, imprensa, parceiros, órgãos gestores e postados nos sites dos CBH's e IBIO – AGB Doce. Segue abaixo link no site do CBH-Suaçuí para acesso aos principais releases produzidos ao longo do ano de 2015.

- http://www.cbhsuacui.org.br/categoria/noticias

Mais um avanço para o saneamento básico em Coroaci e Paulistas

30 NOV/2016

Postado em: Geral, Noticias
Por: administrador 0 Comentário

O Plano Municipal de Saneamento Básico foi aprovado em audiência pública pelos moradores dos municípios de Coroaci e Paulistas. Ao todo, 36 municípios foram contemplados pelo Programa de Universalização do Saneamento, desenvolvido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí, que investiu mais de R$ 4 milhões na elaboração do documento.

Para ter acesso a todos os produtos elaborados durante a construção do plano de Coroaci acesse:

Figura 9 - Trecho de release produzido pela equipe de comunicação e publicado no site do CBH-Suaçuí

Estruturação e manutenção de mailing list: A Prefácio reuniu e manteve os contatos de e-mail atualizados a fim de assegurar a disseminação da informação. Estão estruturados para envio de informações, conforme a demanda, os seguintes *mailings.*

- ✓ Membros dos comitês por comitê.
- ✓ Membros de Câmaras Técnicas por comitê.
- ✓ Comunidade – pessoas chave (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Órgãos gestores.
- ✓ Prefeituras (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Usuários (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Escolas (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa mineira.
- ✓ Imprensa capixaba.
- ✓ Imprensa regional (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa Estadual e Nacional
- ✓ Outras listas de acordo com a necessidade e a estratégia.

Clipping: A fim de repercutir as aparições na imprensa são divulgados os clippings de todo o conteúdo publicado relacionado aos Comitês e ao IBIO – AGB Doce. Segue abaixo exemplo de clipping encaminhado para a lista de contatos que a empresa de comunicação mantém atualizada. Todo o material também está publicado no site do CBH-Doce e pode ser acessado no seguinte link: http://www.cbhdoce.org.br/categoria/clippings/

prefácio

CLIENTE: CBH-Doce
VEÍCULO: Fantástico (Globo)
DATA: 23 de outubro de 2016

Veja reportagem completa

MENU G1 FANTÁSTICO

Edição do dia 23/10/2016

Um ano após tragédia em Mariana, histórias revelam revolta e esperança

O piloto de aventura Lu Marini e o repórter Ernesto Paglia percorreram os 600 quilômetros do Rio Doce. Curso do rio ainda exibe marcas da destruição.

FACEBOOK

Figura 10 - Exemplo de clipping organizado pela Prefácio

Canais de Comunicação

Boletim Comunique-se*:* newsletter com informações a respeito do trabalho de comunicação executado para os Comitês e IBIO – AGB Doce. Abaixo segue exemplo de boletim "Comunique-se" elaborado e veiculado em 2016. O boletim é enviado mensalmente ao mailing atualizado.

Figura 11 – Boletim Comunique-se – Outubro/2016

Fique Por Dentro: newsletter com ações dos Comitês e da agência, voltada para membros de todos os CBH's, parceiros, órgãos gestores e colaboradores do IBIO. O link contendo todos os boletins Fique Por Dentro está disponível no site do CBH-Doce: http://www.cbhdoce.org.br/boletim-fique-por-dentro/. Na figura abaixo está ilustrada parte do boletim Fique por Dentro, veiculado em novembro de 2016.

Figura 12 - Trecho do boletim Fique Por Dentro – abril/2016

IBIO-AGB Doce Informa: newsletter com informações acerca das ações do IBIO-AGB Doce, voltada para todos os comitês, órgãos gestores, parceiros e colaboradores do IBIO. Neste link http://www.ibioagbdoce.org.br/ibio-agb-doce-informa/ estão disponíveis todas as edições publicadas em 2016. Na figura abaixo está exemplo de parte de um boletim IBIO-AGB Doce Informa produzido e divulgado no ano de 2016.

IBIO

Informa

Junho/2016

Equipe do IBIO-AGB Doce
recebe reforços

Atentos à necessidade crescente de investimentos em ações com foco na melhoria da qualidade e quantidade de água do Rio Doce e cientes sobre a importância do fortalecimento dos comitês que compõem a bacia, o IBIO-AGB Doce contratou novos funcionários, que darão suporte às áreas administrativa, de programas e projetos, jurídica e da secretaria executiva dos CBHs. Ao todo, onze pessoas passaram a compor a equipe da agência. As contratações, iniciadas em outubro de 2015, foram possíveis através da utilização de recursos da cobrança pelo uso da água na porção federal e mineira da Bacia do Rio Doce.

Figura 13 - Trecho do Boletim IBIO – AGB Doce Informa – Junho/2016

Sites: Em 2013 foram criados os sites para os nove Comitês afluentes. Já em 2014 foram reformulados os sites do CBH-Doce e IBIO-AGB Doce. Ao longo de 2016, as páginas virtuais foram atualizadas periodicamente conforme demanda, sendo inserido, além das notícias, todo o conteúdo legal exigido nos Contratos de Gestão e documentos diversos relacionados à gestão de recursos hídricos. Seguem abaixo os links de acesso aos sites:

- www.cbhdoce.org.br
- www.cbhpiranga.org.br
- www.cbhpiracicabamg.org.br
- www.cbhsantoantonio.org.br
- www.cbhsuacui.org.br
- www.cbhcaratinga.org.br
- www.cbhmanhuacu.org.br
- www.cbhguandu.org.br
- www.cbhsantamariadodoce.org.br
- www.cbhpontoeselagoas.org.br
- www.ibioagbdoce.org.br

Redes Sociais*:* Em 2016 já existiam as fanpages dos CBH's Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga, Manhuaçu, Guandu, Santa Maria do Doce, Pontões e Lagoas e Doce. Em 2016 foi criada a página do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce, novo comitê criado no âmbito da Bacia do Doce.

Fan page ou página de fãs é uma página específica dentro do Facebook direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, autônomos, ou seja, qualquer organização com ou sem fins lucrativos que desejem interagir com os seus respectivos públicos na rede social. As páginas são atualizadas periodicamente com informações referentes aos comitês e assuntos relacionados aos recursos hídricos e ao meio ambiente. Seguem abaixo os links de acesso às *fan pages.*

- CBH-Doce: https://www.facebook.com/cbhdoce/?ref=ts&fref=ts
- CBH-Piranga: https://www.facebook.com/cbhpiranga/?fref=ts
- CBH-Piracicaba: https://www.facebook.com/cbhpiracicabamg/?fref=ts
- CBH-Santo Antônio: https://www.facebook.com/cbhsantoantonio/?fref=ts
- CBH-Suaçuí: https://www.facebook.com/cbhsuacui/?fref=ts
- CBH-Caratinga: https://www.facebook.com/CBH-Caratinga-680323438671587/?fref=ts
- CBH-Manhuaçu: https://www.facebook.com/cbhmanhuacu/?fref=ts
- CBH-Guandu: https://www.facebook.com/CBH-Guandu-687098081361213/?fref=ts
- CBH-Santa Maria do Doce: https://www.facebook.com/cbhsantamariadodoce/?fref=ts
- CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce: https://www.facebook.com/CBH-Pont%C3%B5es-e-Lagoas-do-Rio-Doce-812558378799999/?fref=ts
- CBH-Barra Seca: https://www.facebook.com/CBHBSFRD/?ref=ts&fref=ts

Figura 14 – Fan Page do CBH-Suaçuí

Criação de Templates: A fim de dinamizar e tronar mais atrativas as postagens, especialmente aquelas relacionadas a alguma data ou evento especial, foram desenvolvidos diversos *templates.* Também foram criadas peças para incentivo ao uso racional da água e para divulgar a história das cidades que integram a região. O material foi periodicamente publicado nos sites e nas *fan pages*, conforme figuras abaixo:

Figura 15 - Template criado pela Prefácio para divulgar as cidades da Bacia

Divulgação dos programas: A fim de divulgar os programas que estão sendo desenvolvidos pelo IBIO – AGB Doce, por meio dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água foram criadas artes especiais para publicação nos sites e nas redes sociais, além de envio de e-mail marketings. Seguem abaixo exemplos de peças criadas para transmitir informações sobre os programas:

Figura 16 - Arte sobre o Programa de Universalização do Saneamento (P41)

Artes para eventos:

Ao longo do ano, os Comitês demandaram a criação de diversas artes para peças relacionadas aos eventos realizados em 2016. Foram desenvolvidas artes para crachás, blocos, canetas, canecas, banners, certificados, entre outros. Todas as peças foram criadas levando em consideração a temática do evento e visando dar visibilidade à imagem dos CBH's. Seguem abaixo alguns exemplos de materiais produzidos pela Prefácio.

Figura 17 - Convite criado para o V Encontro de Integração, realizado em 2016

Figura 18 – Divulgação de atividades do CBH-Suaçuí

Arte e textos para materiais institucionais: Foram desenvolvidas artes e elaborados textos para materiais institucionais produzidos pelos comitês, tais como: banners institucionais, folders institucionais, folder sobre os programas que estão sendo implementados na bacia, folder sobre o IBIO – AGB Doce.

Stand ENCOB: A Prefácio desenvolveu o layout da do stand do CBH-Doce durante o XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado no mês de julho de 2016, em

Salvador/BA. O evento, que reuniu mais de 1.500 participantes de todo o país, sendo uma excelente oportunidade para divulgar a marca e as ações dos comitês em âmbito nacional. A Prefácio também elaborou as artes e textos dos banners que ficaram expostos no stand e os slides que foram exibidos durante o evento, contendo informações sobre os programas e ações dos CBH's.

Figura 19 - Slides e banner produzidos pela Prefácio para o Encob/2016

Arte para Agenda 2017: A empresa elaborou a arte da agenda diária para os comitês e o IBIO – AGB Doce para o ano de 2017. A agenda é unificada para os comitês e traz, a cada mês um pouco sobre cada um dos CBH's que integram a bacia. Este ano também foram incluídos depoimentos sobre os resultados referentes aos programas que estão sendo executados Frente e verso da agenda 2017 estão ilustrados na Figura 20 abaixo:

Figura 20 - Arte da Agenda 2017

Revista Rio Doce – 2ª Edição: Em 2016 foi lançada a segunda edição da revista rio Doce. A publicação, criada com o objetivo de discutir e divulgar os principais assuntos, projetos e programas de interesse na gestão dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, teve como tema principal a situação da região após o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, que afetou toda a Bacia do Rio Doce.

Figura 21 - Capa da segunda edição da revista Rio Doce, lançada em 2016.

Assessoria de imprensa: A Prefácio também realizou o trabalho de assessoria de imprensa, através da elaboração de estratégias de divulgação das informações dos Comitês e do IBIO-AGB Doce junto à imprensa. O trabalho de assessoria de imprensa consiste em fazer a ponte entre os comitês e o IBIO-AGB Doce e a imprensa, por meio da divulgação de informações importantes e estratégicas e do relacionamento com os jornalistas, produtores e editores de rádio, televisão, jornais, revistas, sites e blogs. O objetivo é lançar mão da credibilidade que o jornalismo possui para formar a opinião do público. Os principais instrumentos são: sugestão de pauta, releases, contato com a imprensa, agendamento e acompanhamento de entrevistas e clipagem.

Coberturas de eventos e reuniões: A equipe da Prefácio esteve presente nos principais eventos e reuniões promovidas pelos CBHs. Foi feita a cobertura fotográfica e jornalística dos encontros e redigidos textos que foram encaminhados aos membros, imprensa, parceiros, colaboradores do IBIO e postados no site e nas fan pages. O conteúdo encontra-se publicado no site do CBH-Doce e pode ser acessado no seguinte link: http://www.cbhsuacui.org.br/categoria/noticias

Campanha "O Doce não Morreu": No dia 05 de novembro de 2015 aconteceu o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, pertencente à mineradora Samarco e localizada no município de Mariana/MG. Desde o incidente, a equipe de comunicação tem se mobilizado, sendo que existe no site do CBH-Doce um menu especial, em que são publicadas todas as informações relacionadas ao desastre: http://www.cbhdoce.org.br/categoria/informacoesrompimentodasbarragens/

No final do ano de 2015 foi lançada a campanha "O Doce não morreu", cujo objetivo foi mostrar à comunidade a importância da preservação ambiental, sobretudo dos rios afluentes ao Doce para a revitalização da Bacia Hidrográfica. A logo da campanha, apresentada abaixo, foi amplamente utilizada em várias peças.

Figura 22 - Logo criada para campanha dos CBH's em prol do rio Doce.

<u>Ações desenvolvidas com o recurso doado pelo América Futebol Clube:</u> No final do ano de 2015 o América Futebol Clube, sensibilizado com a situação da Bacia do Rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão, fez uma doação de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao CBH-Doce. Conforme alinhado com o clube o dinheiro foi utilizado em ações de mobilização social, visando conscientizar a população sobre a importância da preservação e recuperação dos recursos hídricos. As ações foram coordenadas pela Prefácio, IBIO e CBH's, sendo desenvolvidos os seguintes materiais:

Tabela 18 – Investimento Recurso Doado / América Futebol Clube

CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO O "DOCE NÃO MORREU" - RECURSO: AMÉRICA FUTEBOL CLUBE			
PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR	
Produção de Bonés	2.600 unidades	R$	11.850,80
Produção de Cartilhas	2.800 unidades	R$	5.244,00
Produção de Boletins Informativos	25.000 unidades	R$	9.500,00
Produção de Adesivos	10.000 unidades	R$	3.550,00
Produção de Documentário (Missão Mariana)	01 vídeo	R$	12.660,00
Impressão de Cartazes	150 unidades	R$	1.146,00
Jornalista para trabalhar na campanha (Maira)	03 meses de trabalho	R$	6.000,00
R$			49.950,80

Dentre as ações desenvolvidas destaca-se a produção de um documentário, gravado durante a "Missão Mariana", expedição realizada pelos comitês ao distrito de Bento Rodrigues, em dezembro de 2015. O vídeo vem sendo divulgado pela internet e apresentado em eventos como, por exemplo, o ENCOB. O material está disponível no canal dos comitês no Youtube e pode ser acessado no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=l1e2bUt_p-E

Abaixo, seguem imagens de alguns dos materiais produzidos para a campanha.

Figura 23 - Parte da arte do Boletim “O Doce não morreu”, produzido pela Prefácio

Figura 24 - Boné produzido para a campanha “O Doce não morreu”

Figura 25 - Capa da cartilha "O Doce não morreu"

Campanha Comitês em Ação: No final de 2016 foi lançada a nova campanha dos comitês que será divulgada a partir de 2017. O mote da campanha é: "Comitês em Ação" e o slogan: "O desafio que nos move é a revitalização do Doce". O objetivo é falar dos projetos, valorizar o trabalho dos comitês em prol do rio, mostrar os investimentos que estão sendo feitos. Segue abaixo a logo da campanha, que será aplicada em diversas peças ao longo do ano.

Figura 26 - Logo da campanha "Comitês em Ação"

Contrato nº 11/2014

Contrato 11/2014		Programa	P71 / Custeio	Recurso	ANA / IGAM
Aloçãoção	Transversal / /				
Objeto Criação, implantação e suporte dos sites do IBIO AGB Doce e dos comitês da Bacia do Rio Doce, conforme as especificações técnicas contidas no Ato Convocatório n° 010/2014, que deu origem a presente contratação, da seguinte forma: a) Criação dos sites do IBIO AGB – DOCE e CBH – DOCE; b) Hospedagem dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS; c) Implantação dos sites do IBIO – AGB DOCE e COMITÊS; d) Suporte dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS.					
Valor	R$ 55.081,89	**Contratado**	Prefácio Comunicação Ltda		
Pago	R$ 43.886,61	**Data**	01/07/2014	**Prazo**	02/08/2017
Saldo	R$ 11.195,28	**Gestor**	Gustavo	**Aditivo**	2

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

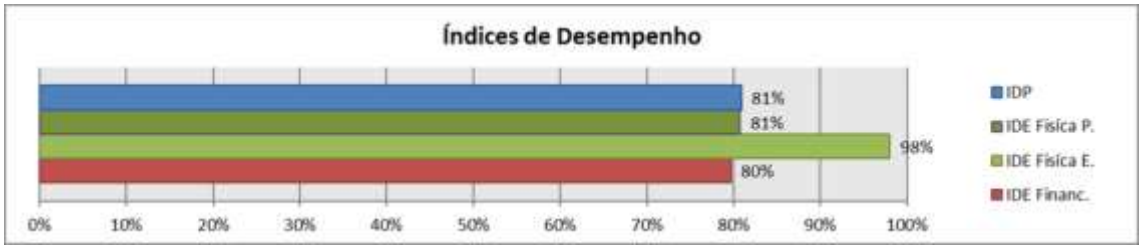
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	37 meses	Em andamento

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Contrato nº 40/2015

Contrato 40/2015	Programa P71 /	Recursos ANA /
Alocação CBH Doce / /		
Objeto Criação Spots – pequenas chamas institucionais sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica, para veiculação nas rádios e também disponibilização online.		
Valor R$ 15.540,00	**Contratado** Aocubo Filmes Ltda – ME	
Pago R$ 10.360,00	**Data** 25/01/2015	**Prazo** 25/01/2017
Saldo R$ 5.180,00	**Gestor** Juliana	**Aditivos** 0

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

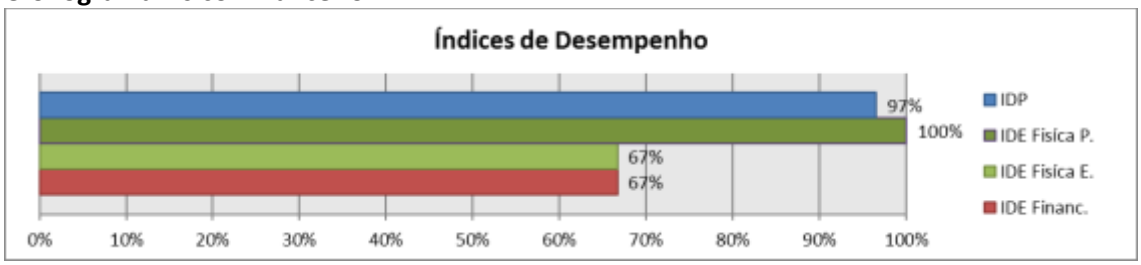
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	24 meses	Em andamento

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Informações sobre o contrato e produtos gerados: Os "spots" de rádio são pequenas chamas institucionais sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica, para veiculação nas rádios e também disponibilização online. Esta ferramenta tem como objetivo ampliar ao alcance das informações sobre os comitês, com o objetivo de atingir àqueles que não tem acesso à internet, o principal meio de divulgação.

Ao longo do ano foram gravadas 24 (vinte e quatro) chamadas, com temas variados relacionados ao funcionamento e às atividades desenvolvidas pelos comitês. A fim de ampliar o acesso às chamadas, foram feitas campanhas de divulgação nas redes sociais. Os spots estão disponíveis no site do CBH-Doce, no seguinte link: http://www.cbhdoce.org.br/spots/

Figura 27 - Arte de campanha veiculada na fan page do CBH-Suaçuí sobre os spots de rádio

Contrato nº 46/2015

Contrato 46/2015		Programa	P71 / Custeio	Recursos	ANA / ANA RA
Alocação	CBH Doce / IBIO - AGB Doce /				
Objeto Contratação da prestação de serviços de confecção de 2.000 (duas mil) agendas personalizadas, para atender ao IBIO – AGB Doce e aos 11 Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce: CBH-DOCE, CBH-PIRANGA, CBH-PIRACICABA, CBH-SANTO ANTÔNIO, CBH-SUAÇUI, CBH-CARATINGA, CBH-MANHUAÇU, CBH-GUANDU, CBH-SANTA MARIA DO DOCE, CBH-PONTÕES E LAGOAS DO RIO DOCE E CBH-BARRA SECA E FOZ DO RIO DOCE, no âmbito do Programa de Comunicação Social (P71)					
Valor	R$ 39.540,00	**Contratado**	Companhia Da Cor Studio Grafico Ltda		
Pago	R$ 39.540,00	**Data**	04/12/2015	**Prazo**	24/12/2015
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce
Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	1 mês	14 dias úteis

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Informações sobre o contrato e produtos gerados: Este contrato refere-se à agenda diária de 2016, cuja contratação foi realizada em 2015. Este contrato consta nesse relatório, tendo em vista que o pagamento relativo à prestação do serviço foi feito no ano de 2016. A arte da agenda foi desenvolvida pela Prefácio Comunicação (contrato nº06/2013), sendo a empresa Companhia da Cor Estúdio Gráfico responsável pela impressão do material. A empresa cumpriu todas as determinações contratuais e entregou o material dentro do prazo estipulado. Segue abaixo foto da agenda referente ao ano de 2016.

Figura 28 - Agenda diária 2016

Contrato nº 12/2016

Contrato 12/2016		Programa	P71 /	Recursos	ANA /
Alocação	CBH Doce / /				
Objeto Prestação dos serviços de impressão gráfica de 8.000 (oito mil) unidades da Revista Rio Doce.					
Valor	R$ 14.400,00	**Contratado**	Companhia da Cor Studio Gráfico Ltda		
Pago	R$ 14.400,00	**Data**	25/04/2016	**Prazo**	14/05/2016
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	20 dias	15 dias

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

***Informações sobre o contrato e produtos gerados*:** Conforme apresentado acima, junto às informações do Contrato nº 06/2013, a arte e a produção dos textos da Revista Rio Doce ficaram sob a responsabilidade Prefácio Comunicação. A Companhia da Cor Estúdio Gráfico foi responsável pelo processo de impressão, conforme as especificações apresentadas no contrato. A empresa cumpriu todas as determinações contratuais e entregou o material dentro do prazo. O material foi amplamente divulgado em toda a Bacia do Rio Doce.

Contrato nº 18/2016

Contrato 18/2016	Programa P71 /	Recursos ANA /
Alocação CBH Doce / /		
Objeto O presente Contrato tem como objeto a locação e montagem de Estande no evento denominado XVIII ENCOB (Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas), que se realizará no Hotel Bahia Othon Palace localizado na Avenida Oceânica, 2294 – Ondina, em Salvador – BA, entre os dias 03 a 08 de julho, com as seguintes especificações:		
Valor R$ 10.000,00	**Contratadc** Executiva Promoções Ltda	
Pago R$ 10.000,00	**Data** 30/06/2016	**Prazo** 08/07/2016
Saldo R$ 0,00	**Gestor** Juliana	**Aditivos** 0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	03 a 08/07 de 2016	Finalizado

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Informações sobre o contrato e produtos gerados: O layout do stand e os materiais que ficaram expostos foram elaborados pela Prefácio. A empresa Executiva Promoções foi contratada para a montagem de toda a estrutura e a manutenção do stand durante o evento, assim como a desmontagem ao final do encontro. O stand foi uma excelente oportunidade para que os comitês apresentassem seu trabalho a pessoas de todo o país.

Figura 29 - Stand do CBH-Doce no ENCOB/2016

Contrato nº 34/2016

Contrato 34/2016		Programa	P71 / Custeio	Recursos	ANA /
Alocação	CBH Doce / IBIO - AGB				
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação do serviço de confecção/produção de 2.000 (duas mil) agendas personalizadas para o IBIO-AGB Doce e para os comitês que integram a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ser realizado nos termos, condições e especificações dispostas na Cláusula Terceira.					
Valor	R$ 33.000,00	**Contratado**	Gráfica Santo Antônio Ltda		
Pago	R$ 33.000,00	**Data**	17/11/2016	**Prazo**	06/01/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	13 dias úteis	13 dias úteis

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Informações sobre o contrato e produtos gerados: Conforme apresentado acima, junto às informações do Contrato nº06/2013, a arte e a produção dos textos da agenda ficaram sob a responsabilidade Prefácio Comunicação. A Gráfica Santo Antônio foi responsável pelo processo de impressão do material, conforme as especificações apresentadas no Ato Convocatório. A empresa cumpriu todas as determinações contratuais e entregou o material dentro do prazo estipulado, possibilitando que os comitês recebessem o material durante as últimas reuniões de 2016.

Contrato nº 39/2016

Contrato 39/2016		Programa	P71 /	Recursos	ANA /
Alocação	CBH Doce / /				
Objeto O presente Contrato tem por objeto a impressão de 96 (noventa e seis) adesivos personalizados para bolacha de DVD, observado o disposto na Cláusula Quarta.					
Valor	R$ 259,20	**Contratado**	Fam Sign & Plásticos		
Pago	R$ 259,20	**Data**	05/12/2016	**Prazo**	31/12/2016
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Gabriela	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato de Dispensa	2 meses	7 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	1 mês	3 dias

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Informações sobre o contrato e produtos gerados: Os adesivos foram feitos para identificar o município que será contemplado com as imagens. A arte foi produzida pela Prefácio Comunicação (contrato nº06/2013) e a empresa "Fam Sign e Plásticos" foi responsável pela impressão do material. Os DVDs serão entregues às prefeituras contempladas com o programa e as imagens ajudarão no controle das cheias. Além disso, será uma oportunidade de divulgar o Programa de Convivência com as Cheias, desenvolvido pelos CBH's.

Figura 30 - Arte do adesivo para DVD

Contrato nº 40/2016

Contrato 40/2016		Programa	P71 /	Recursos	ANA /
Alocação	CBH Doce / /				
Objeto O presente contrato tem por objeto a impressão de 26 (vinte e seis) imagens de satélite, observando o disposto na Cláusula Quarta.					
Valor	R$ 949,78	**Contratado**	Print & Art Gráfica Digital Ltda-ME		
Pago	R$ 949,78	**Data**	05/12/2016	**Prazo**	31/12/2016
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Gabriela	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato de Dispensa	2 meses	7 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	1 mês	3 dias

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Informações sobre o contrato e produtos gerados: As imagens, contratadas a partir do Programa de Convivência com as Cheias, foram impressas pela empresa "Print e Art Gráfica Digital" e serão entregues aos municípios beneficiados, auxiliando em ações relacionadas ao controle das cheias.

Contrato nº 42/2016

Contrato 42/2016		Programa	P71 /	Recursos	ANA /
Alocação	CBH Doce / /				
Objeto O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 66 capas para DVD e 12 pen drives, observado o disposto na Cláusula Quarta.					
Valor	R$ 1.386,20	Contratado	Global Mídia Digital Ltda		
Pago	R$ 1.386,20	Data	07/12/2016	Prazo	31/12/2016
Saldo	R$ 0,00	Gestor	Gabriela	Aditivos	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato de Dispensa	2 meses	7 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	1 mês	Imediata

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Informações sobre o contrato e produtos gerados: As capas de DVD e pen drives foram feitas para identificar o município que será contemplado com as imagens de satélite. A arte foi produzida pela Prefácio Comunicação (contrato nº 06/2013). Os DVDs serão entregues às prefeituras contempladas com o programa e as imagens ajudarão no controle das cheias. Além disso, será uma oportunidade de divulgar o Programa de Convivência com as Cheias, desenvolvido pelos CBH's.

Figura 31 - Modelo de capa da DVD elaborada para o município de Galileia

Contrato nº 43/2016

Contrato 43/2016		Programa	P71 /	Recursos	ANA /
Alocação	CBH Doce / /				
Objeto O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 100 DVD´s, observado o disposto na Cláusula Quarta.					
Valor	R$ 80,00	**Contratado**	Teixeira e Chaves Ltda		
Pago	R$ 80,00	**Data**	07/12/2016	**Prazo**	31/12/2016
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Gabriela	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato de Dispensa	2 meses	7 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	1 mês	Imediata

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

7.1.3. Plano de Aplicação Plurianual - PAP

A maior parte do recurso alocado no Programa de Comunicação (P71) foi utilizada para o pagamento da empresa contratada para assessoria e consultoria de comunicação, a Prefácio Comunicação, e para as viagens de seus funcionários no que se refere às coberturas das reuniões dos comitês e eventos realizados pelos comitês. O início do contrato de comunicação foi marcado pela produção do diagnóstico e elaboração do planejamento, visando dar mais visibilidade aos comitês e estruturar os canais de comunicação. Em 2016 foi possível realizar um trabalho mais especializado focando, por exemplo, no aprimoramento dos sites e redes sociais, ferramentas essenciais para dar visibilidade às ações do comitê. Além disso, houve crescente demanda para a produção de materiais institucionais, elaborados com o objetivo de fortalecer a identidade dos comitês. Também foram realizadas ações visando o estreitamento da relação com a imprensa, sendo que, na região, o comitê já está consolidado como fonte de informações sobre assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Doce. A Tabela 19 apresenta os valores alocados com o Programa P71 no PAP 2016/2010. Conforme dito anteriormente, como o IGAM não reconheceu o PAP 2016/2010 para os recursos estaduais apresentamos o PAP 2012/2015, os desembolsos ocorridos serão descritos na coluna 2016, Tabela 20.

Tabela 19 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no Programa P71

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Programa de Comunicação Social (P71)						
Investimento Previsto no PAP	**500**	**500**	**500**	**500**	**500**	**2.500**
Investimento Realizado	**508**	**-**	**-**	**-**	**-**	**508**

Tabela 20 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P71

Recursos Repassados pela IGAM	2012	2013	2014	2015	2016	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Piranga						
Investimento Previsto no PAP	-	4,00	-	-		4,00
Investimento Realizado	-	4,00	3,00	-	-	7,00
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	-	3,00	-	-		3,00
Investimento Realizado	-	3,00	17,00	-	-	20,00
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	-	3,00	-	-		3,00

Investimento Realizado	-	3,00	3,00	-	-	6,00
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	-	3,50	-	-		3,50
Investimento Realizado	-	3,50	3,00	-	-	6,50
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	-	3,00	-	-		3,00
Investimento Realizado	-	3,00	-	-	-	3,00
Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) - CBH Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	-	3,00	-	-		3,00
Investimento Realizado	-	3,00	3,00	-	-	6,00
Total de Investimentos Previstos	-	20,00	-	-		20,00
Total de Investimentos Realizados	-	20,00	29,00	-	-	49,00

7.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Tornar os Comitês de Bacias Hidrográficas conhecidos pela sociedade em geral é um dos principais desafios dentro do Programa de Comunicação. Por se tratar de um modelo recente, grande parte da população desconhece o papel destes órgãos na gestão de recursos hídricos.

A empresa contratada para realizar as atividades de comunicação na bacia juntamente com o BIO – AGB Doce têm traçado estratégias para ampliar a visibilidade dos comitês e suas ações através do estreitamento da relação com a imprensa, elaboração e distribuição de materiais institucionais, inserção dos mesmos nas redes sociais, reformulação dos sites, entre outras ações.

Outra dificuldade encontrada é encontrar empresas especializadas a desenvolver certos tipos de serviço ou de fornecer determinados tipos de produto, o que dificulta o andamento dos atos de dispensa ou atos convocatórios, atrasando a produção dos materiais.

8. AÇÃO TRANSVERSAL

Ações transversais são fundamentalmente contratações realizadas que têm como objetivo auxiliar a execução de mais de um programa do PAP ao mesmo tempo, bem como auxiliar o IBIO – AGB Doce nas suas atividades administrativas.

Trata-se de serviços que dão suporte à execução dos destes programas como locação de veículos com e sem serviços de motorista; empresas especializadas na emissão de passagens aéreas e todos os serviços envolvidos na troca, devolução de passagens, etc.; e empresas especializadas na realização de eventos com locação de espaços físicos, moderadores, equipamentos, fornecimento de refeições e material de apoio aos eventos realizados na bacia.

Por não tratar de um programa específico, a cada serviço demandado de uma destas contratações, as despesas devidas são alocadas a um programa específico ou ao custeio administrativo do IBIO – AGB Doce. Por exemplo, todo veículo locado com demanda de viagem da equipe contratada para cuidar da comunicação dos Comitês e dos programas executados, são alocados como despesas do programa P71 e assim por diante.

8.1. Locação de Veículos (com e sem motorista)

8.1.1. Descrição

Considerando a dimensão da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, os 228 municípios em sua extensão e os 10 (dez) Comitês de Bacia Hidrográfica atendidos pelo IBIO – AGB Doce, sendo um Comitê Federal, seis Comitês Estaduais em Minas Gerais e três Comitês Estaduais no Espírito Santo.

Considerando a necessidade expressa pelos membros destes Comitês em realizar deslocamentos para participar de reuniões, eventos, plenárias, reuniões de câmaras técnicas, etc. e a necessidade do IBIO – AGB Doce de deslocamentos semelhantes e para acompanhar a execução dos diversos contratos realizados, optamos por realizar a contratação de empresa especializada em locação de veículos pequenos e vans, assim como serviços de motorista quando necessário.

8.1.2. Contratações e Resultados

Contrato nº 14/2013

Contrato 14/2013		Programa	Transversal /	Recursos	ANA / IGAM
Alocação	Transversal / /				
Objeto Contratação de Contratado especializada na prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao Instituto BioAtlântica, bem como à equipe e convidados do IBIO - AGB doce, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço.					
Valor	R$ 973.098,89	**Contratado**	Locavip Locadora de Veículos		
Pago	R$ 973.098,89	**Data**	19/08/2013	**Prazo**	31/05/2016
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	5

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Ação Transversal
Subprograma: Ação Transversal

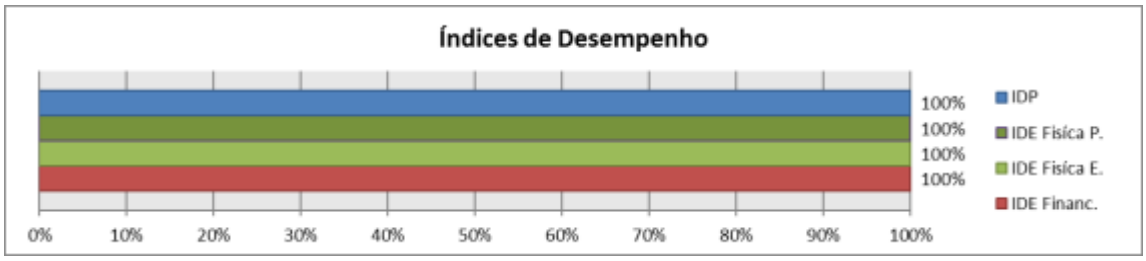
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	33 meses	Finalizado

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não foram identificados atrasos.

Contrato nº 01 Emergencial/2016

Contrato 01(Emergêncial)/2016	Programa	Transversal /	Recursos	ANA / ANA RA
Alocação	Transversal / /			
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de locação de veículos, com ou sem motorista, destinados ao IBIO - AGB Doce, bem como à equipe e convidados do IBIO - AGB Doce, membros e convidados dos Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço.				
Valor	R$ 90.645,47	**Contratado**	Locavip Locadora de Veículos Ltda	
Pago	R$ 90.645,47	**Data**	25/05/2016	**Prazo** 29/07/2016
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos** 1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Ação Transversal
Subprograma: Ação Transversal

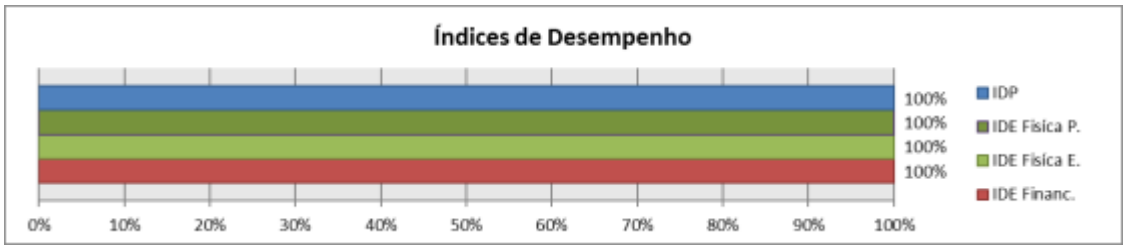
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	2 meses	Finalizado

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não foram identificados atrasos.

Contrato nº 24/2016

Contrato 24/2016	Programa Transversal /	Recursos ANA / IGAM
Alocação Transversal / /		
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), entidade delegatária e equiparada de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à sua equipe e convidados, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço		
Valor R$ 1.258.512,46	**Contratado** Locadora de veículos Locavip Ltda	
Pago R$ 151.158,93	**Data** 01/08/2016	**Prazo** 01/08/2017
Saldo R$ 1.107.353,53	**Gestor** Juliana	**Aditivos** 0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Ação Transversal
Subprograma: Ação Transversal

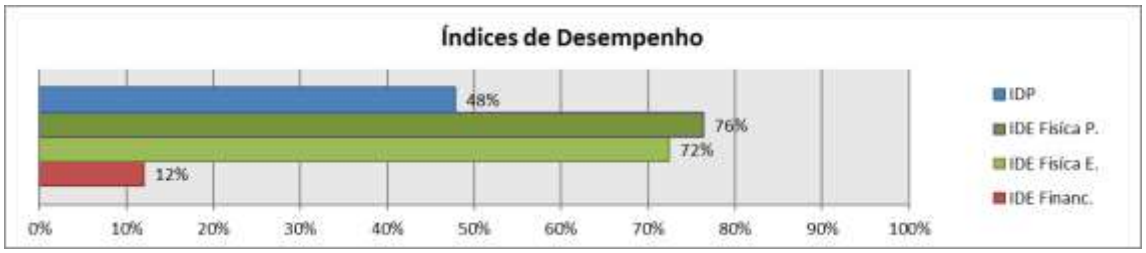
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	Em andamento

Cronograma Físico-Financeiro:



Os contratos celebrados com a empresa Locavip Locadora de Veículos têm por objeto a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), entidade delegatária e equiparada de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à sua equipe e convidados, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço

Considerando a dimensão da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, os 228 municípios em sua extensão e os 10 (dez) Comitês de Bacia Hidrográfica atendidos pelo IBIO – AGB Doce, sendo um Comitê Federal, seis Comitês Estaduais em Minas Gerais e quatro Comitês Estaduais no Espírito Santo. Considerando a necessidade expressa pelos membros destes Comitês em realizar deslocamentos para participar de reuniões, eventos, plenárias, reuniões de câmaras técnicas, etc. e a necessidade do IBIO – AGB Doce de deslocamentos semelhantes e para acompanhar a execução dos diversos contratos realizados, optamos por realizar a contratação de empresa especializada em locação de veículos pequenos e vans, assim como serviços de motorista quando necessário.

O primeiro contrato com a Locavip foi assinado em 2013, abrangendo os seguintes serviços:

- Veículo popular
- Veículo executivo
- Veículo mensal
- Van
- Motorista

No entanto, a partir de 2015, houve um aumento intenso da demanda de viagens, sobretudo após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, que impactou diretamente o trabalho dos Comitês da Bacia do Rio Doce. Diante desse cenário, houve necessidade de ampliar emergencialmente o número de locações. Foi celebrado um contrato emergencial e, paralelamente, foi elaborado um novo termo de referência para a realização de uma nova licitação, em que foram alterados os quantitativos, a fim de atender à nova realidade. Além disso, foram inseridos novas modalidade de veículo, conforme descrito abaixo:

- Veículo popular
- Veículo executivo
- Veículo intermediário
- Caminhonete
- Veículo mensal
- Van
- Motorista

8.1.3. Principais Deficiências e Dificuldades

As dificuldades ligadas à locação de veículos começam desde a contratação da empresa para a prestação do serviço até o atendimento das demandas dos CBH´s. Tendo em vista a extensão territorial da bacia e o número elevado de veículos que precisam estar à disposição, foi difícil conseguir empresas interessadas em participar do certame. Após a contratação, há a dificuldade de gerenciamento do contrato, pois há grande volume de demanda e, muitas vezes, devido à urgência de realizar as atividades, os pedidos são recebidos com pouca antecedência. Soma-se isso à dificuldade de sublocação de veículos nas cidades de pequeno porte, o que torna a logística de atendimento ainda mais complexa.

8.2. Emissão de Passagens Aéreas

8.2.1. Descrição

Tendo em vista a constantes necessidade de deslocamentos dos membros e convidados dos comitês e do IBIO – AGB Doce na participação de eventos, plenárias e acompanhamento de projetos, sendo em alguns casos, deslocamentos feitos em voos aéreos por envolver grandes distâncias, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para este serviço. O objetivo desta ação é a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO - AGB doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço.

8.2.2. Contratações e Resultados

Contrato nº 32/2012

Contrato 32/2012		**Programa**	Transversal /	**Recursos**	ANA / ANA RA
Aloçãoção	Transversal / /				
Objeto Contratação de Contratado especializada para a prestação dos serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO - AGB Doce, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviços.					
Valor	R$ 1.159.018,26	**Contratado**	Leste Turismo Ltda		
Pago	R$ 1.159.018,25	**Data**	15/10/2012	**Prazo**	23/08/2016
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Laura	**Aditivos**	6

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Ação Transversal
Subprograma: Ação Transversal

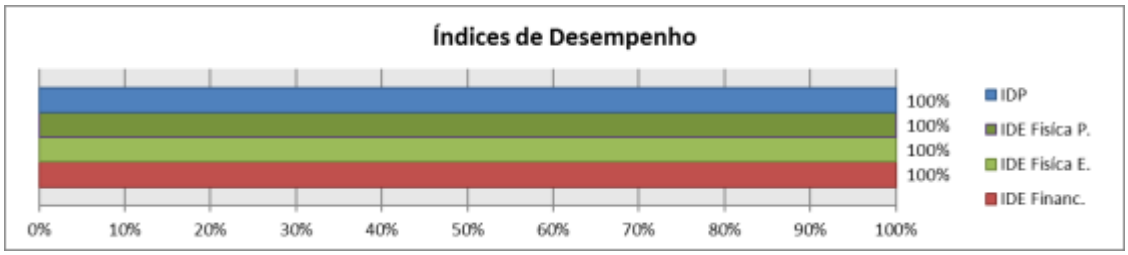
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	46 meses	Finalizado

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não foram identificados atrasos.

Contrato nº 25/2016

Contrato 25/2016	Programa	Transversal /	Recursos	ANA / IGAM
Alocação	Transversal / /			
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de aquisição e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, por meio de atendimento presencial ou por atendimento remoto (e-mail, sistema e telefone), destinados à equipe e convidados do IBIO – AGB Doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do Rio Doce.				
Valor R$ 620.203,49	**Contratado**	Leste Turismo Ltda		
Pago R$ 64.376,64	**Data**	24/08/2016	**Prazo**	24/08/2017
Saldo R$ 555.826,85	**Gestor**	Juliana		**Aditivo** 0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Ação Transversal
Subprograma: Ação Transversal

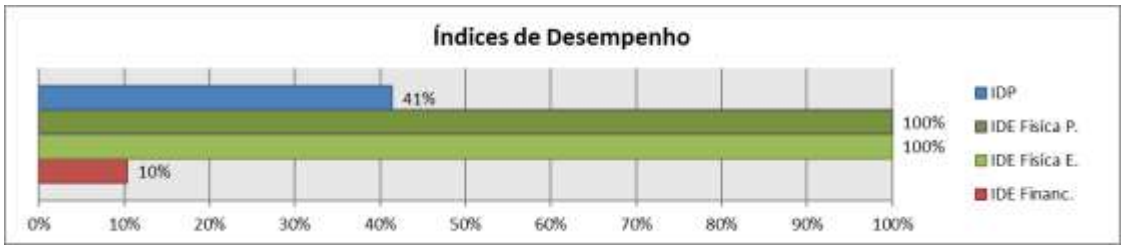
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	Em andamento

Cronograma Físico-Financeiro:



O contrato com a empresa Leste Turismo tem como objetivo a aquisição e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, por meio de atendimento presencial ou por atendimento remoto (e-mail, sistema e telefone), destinados à equipe e

convidados do IBIO – AGB Doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço.

O primeiro contrato com a empresa foi firmado em 2012. Em 2016, tendo em vista a necessidade de aprimoramentos e ajustes nos quantitativos, foi realizado um novo ato convocatório, novamente vencido pela empresa Leste Turismo. As passagens possibilitam o deslocamento dos membros de comitê, convidados e funcionários do IBIO – AGB Doce para eventos importantes, realizados em cidades mais distantes, como, por exemplo: Encob (Salvador), Reuniões do Comitê Interfederativo (Fundação Renova), atividades na sede do IBIO Institucional (Rio de Janeiro), reuniões com a ANA (Brasília), IGAM (Belo Horizonte), entre outras.

8.2.3. Principais Deficiências e Dificuldades

Dentre as dificuldades encontradas na gestão deste contrato, a maior dificuldade relação às passagens aéreas, está relacionado à disponibilidade de voos, tendo em vista que muitas das cidades não possuem aeroporto e, aquelas que possuem, não dispõem de muitos horários. Por isso se torna complexo compatibilizar a compra de passagens e os horários das reuniões. Outro problema, que dificulta o atendimento, são as reuniões agendadas com pouco prazo, que demandam aquisições de passagem imediatas.

8.3. Organização e Execução de Eventos

8.3.1. Descrição

Esta ação está relacionada a contratação de empresa especializada na execução de organização de eventos demandados pelos comitês, assim como apoiar na realização de plenárias, reuniões de câmaras técnicas ou qualquer outra demanda que surgir como na divulgação de um programa do PAP. Os serviços incluem:

- Locação de espaço para realização de eventos com capacidade para 200 e para 50 pessoas;
- Profissionais para fazer a moderação e relatoria do evento;
- Recepcionistas para eventos; Operador de som, que ficará responsável também pela gravação do evento em meio digital;
- Operador de equipamento de informática, que ficará responsável pela operação do equipamento audiovisual;
- Sistema de sonorização e gravação;

- Equipamento do tipo Datashow com resolução mínima de 1.500 lúmenes e microcomputador;
- Microcomputador a ser locado em eventos quando necessário;
- Serviços de degravação dos registros digitais (gravações) oriundas das discussões feitas durante o evento;
- Serviços de relatório consubstanciado feito pelo moderador;
- Diárias de stands compostos de tenda tipo Gazebo;
- Serviços de hospedagens para convidados dos comitês em eventos realizados;
- Serviços de alimentação, lanche ou almoço em eventos ou reuniões plenários e câmaras técnicas;
- Serviços gráficos relacionados à realização dos eventos como confecção de crachás, canetas, blocos de anotações, bolsas ecológicas, pastas, certificados de participação, folders, cartazes e banners.

8.3.2. Contratações e Resultados

Contrato nº 19/2013

Contrato 19/2013		**Programa**	Transversal /	**Recursos**	ANA / IGAM
Alocação	Transversal / /				
Objeto Eventual aquisição de serviços necessários à organização e execução de eventos dos comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Doce e do IBIO - AGB Doce.					
Valor	R$ 12.861.583,26	**Contratado**	Completa Consultoria Política Ltda.		
Pago	R$ 1.358.078,57	**Data**	02/09/2013	**Prazo**	05/09/2017
Saldo	R$ 11.503.504,69	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	4

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Ação Transversal
Subprograma: Ação Transversal

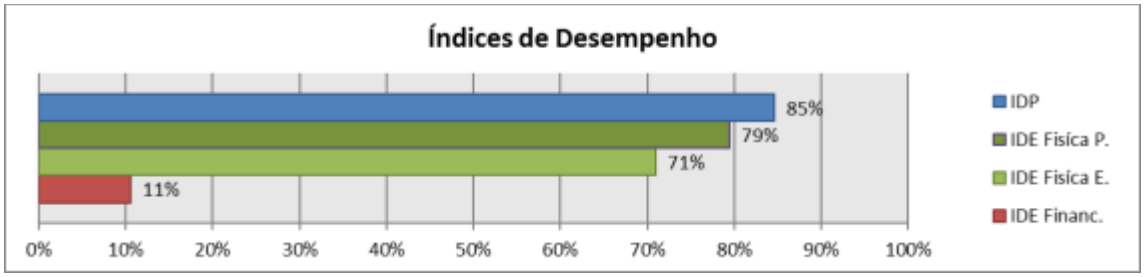
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	48 meses	Em andamento

Cronograma Físico-Financeiro:



O contrato com a Completa tem por objeto a eventual aquisição de serviços necessários à organização e execução de eventos dos comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Doce e do IBIO - AGB Doce. O termo de referência é bastante amplo e foi feito a fim de contemplar quatro eixos principais:

- ITEM 1: Fornecimento de estrutura organizacional e de apoio;
- ITEM 2: Fornecimento de Hospedagem;
- ITEM 3: Fornecimento de alimentação;
- ITEM 4: Fornecimento de serviços gráficos.

Os serviços são solicitados de acordo com as demandas apresentadas pelos comitês, em atendimento aos planos de trabalho anuais, cujo objetivo é deliberar assuntos pertinentes à execução dos programas do PAP. Após a prestação do serviço, o comitê atesta se o mesmo foi realizado de acordo as especificações do contrato e a equipe da secretaria executiva de apoio aos comitês providencia os documentos para o pagamento. Seguem abaixo exemplos e fotos de eventos realizados com o apoio da Completa.

V Encontro de Integração: Este evento é realizado anualmente e reúne todos os comitês que integram a Bacia do Rio Doce. Para a realização do encontro, a empresa de eventos é acionada e presta serviços como: fornecimento de lanche e almoço; locação de espaço físico; locação de computador e data show; disponibilização de sistema de sonorização e operador de som; impressão de banners, fornecimento de galões de água e café, entre outros serviços.

Figura 32 - Mesa de abertura do V Encontro de integração, realizado em outubro de 2016.

Encontro Nacional de Comitês: Durante o Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica, realizado anualmente, a Completa fica responsável pela impressão de materiais institucionais que são expostos no stand dos comitês: banners, folders e cartazes. Esses materiais são importantes para impulsionar a visibilidade dos CBHs da Bacia do Doce durante o evento.

Figura 33 - Banner sobre o CBH- Doce e sobre o P22 impressos pela Completa e expostos no ENCOB.

Reuniões Plenárias: Ao longo do ano são realizadas diversas reuniões plenárias e o suporte da empresa de eventos também é importante. As principais demandas são a infraestrutura para a realização dos encontros (computador, datashow, som) e o lanche, servido aos participantes.

Figura 34 – Reunião Plenária do CBH-Suaçuí

8.3.3. Principais Deficiências e Dificuldades

A proposta de uma única empresa de eventos para atendimento a toda a bacia apresenta vantagens e desvantagens. A existência de um contrato único facilita o gerenciamento do IBIO, porém dificulta a prestação do serviço nas cidades mais distantes de Governador Valadares, tendo em vista a extensão territorial da bacia do rio Doce.

Além disso, o contrato contempla uma ampla variedade de serviços. A fim de otimizar a prestação do serviço está sendo avaliada a possibilidade de realizar novos atos convocatórios, distribuindo o gerenciamento de eventos em quatro tipos: infraestrutura, alimentação, brindes e serviço gráfico. Desta forma, será possível abranger mais serviços e buscar empresas especializadas, melhorando a qualidade do atendimento prestado.